

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

OZEIAS SOARES FREITAS

**LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO EM
CRIMES AMBIENTAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2016**

OZEIAS SOARES FREITAS

**LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO EM
CRIMES AMBIENTAIS**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.e Ozana Rodrigues Boritza.

CACOAL - RO

2016

OZEIAS SOARES FREITAS

**LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO EM
CRIMES AMBIENTAIS**

Esta monografia foi julgada aprovada para obtenção do grau de **Bacharel em Direito** pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal, mediante apresentação à Banca Examinadora, formada por:

Professora M.e Ozana Rodrigues Boritza – UNIR - Presidente

Professora M.e Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian – UNIR - Membro

Professor Esp. Jônathas Siviero – UNIR - Membro

Cacoal/RO, 25 de fevereiro de 2016.

Dedico este feito a Deus, à minha família e a todos os amigos que me acompanharam nesta jornada, principalmente à minha querida esposa, que muito me apoiou e, também aos meus mestres, sem os quais esta vitória não seria possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça e proteção alcançadas.

À minha família, a quem não poderia deixar de ofertar todo o meu amor e gratidão pelo apoio.

Aos meus amigos e colegas que acreditaram nesse projeto.

À minha orientadora, a Professora Mestra Ozana Rodrigues Boritza, que julgou viável e desde o princípio tem contribuído com sua experiência e sabedoria tornando possível a concretização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os docentes que contribuíram com minha formação acadêmica.

A todos minha imensa gratidão.

“Ele não sabia que era impossível. Foi lá e fez”.

(Jean Cocteau)

RESUMO

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum, necessário à sadia qualidade de vida das gerações presente e futura. Necessário, portanto, que o Estado e a coletividade utilize dos mecanismos e instrumentos legais para sua defesa, preservação e, se for o caso, a reparação de eventuais danos. Os danos ambientais significativos, não raro, advém direta ou indiretamente da atividade desenvolvida pela pessoa jurídica, que passou a ser destinatária de sanções previstas na Constituição Federal e Lei N. 9.605/98. As sanções de caráter civil e administrativo não se encontra relutância em sua aplicação, entretanto, há divergência doutrinária e jurisprudencial para a aplicação de sanções penal à pessoa jurídica. A corrente ideológica contrária à punição penal da pessoa jurídica argumenta que por ser ficção, o ente coletivo não pode delinquir por não ter capacidade de ação, vontade, culpabilidade e pena. Já a doutrina favorável à punição penal da sociedade coletiva defende que a pessoa jurídica tem existência, é um ente vivo, que tem vontade e capacidade de ação. Para esta corrente ideológica a culpabilidade é entendida como responsabilidade social e não tem dúvidas que a pessoa jurídica desde a Constituição Federal de 1988, passou a ser destinatária da norma penal. A possibilidade de a pessoa jurídica figurar no polo passivo de um processo criminal faz parte de um novo Direito que reclama da doutrina penal tradicional sua reconstrução.

Palavras-chave: Crime ambiental. Pessoa jurídica. Legitimidade passiva. Novo direito.

ABSTRACT

The ecologically environment balanced is very common to use and necessary for a healthy and quality of life for present and future generations. Therefore necessary that the state and the collective use the mechanisms and legal instruments for their protection, preservation and if that's the case, to repair any damage. The meaningful environmental damage, often, directly or indirectly comes from the activity carried out by the legal entity, which has become the recipient of penalties provided for in the Federal Constitution and Law No. 9.605 / 98. The Civil and administrative sanctions is not reluctant in your application, however, there are doctrinal and jurisprudential divergence for the criminal sanctions application on juridical person. The opposite ideological current from the criminal punishment of the juridical person argues that being fiction, the collective entity can not commit a crime by not having capacity for action, desire, guiltiness and shame. Already favorable doctrine to criminal punishment of collective society argues that the legal person has existence, is a living entity who has the desire and capacity for action. For this ideological current the guiltiness is understood as a social responsibility and there is not doubt that the juridical person since the 1988 according to the Federal Constitution, is now addressed the criminal standard. The possibility that a juridical person have been included as a defendant in a criminal case is part of a new law that calls for the traditional criminal doctrine reconstruction.

Keywords: Environmental crime. Corporate. Passive illegitimacy. New Law

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO OU ASPECTOS HISTÓRICOS	11
1.1 DA INDUSTRIALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL	11
1.2 DOS DANOS AMBIENTAIS ADVINDOS DA ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	16
2 DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO E DOS CRIMES AMBIENTAIS	21
2.1 DA NATUREZA JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA À LUZ DAS TEORIAS TRADICIONAIS	22
2.2 DA TEORIA ADOTADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL	25
2.3 DOS TIPOS PENAIS DISPOSTOS NA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	27
3 DOS PRINCÍPIOS E BROCARDS JURÍDICOS	31
3.1 DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E CONSTITUCIONAIS PENAIS	33
3.2 DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL.....	39
4 DA TEORIA GERAL DO CRIME - CULPABILIDADE	44
5 A [I]LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO EM PROCESSO PENAL	49
5.1 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA	50
5.2 DO ENTENDIMENTO DO STJ E DO STF SOBRE A LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS	57
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 tem estabelecido em seu art. 225, que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem fundamental e necessário para a sadia qualidade de vida das presente e futura gerações, devendo tanto o Poder Público como a coletividade defendê-lo e preservá-lo.

A preservação e proteção desse bem de uso comum exige postura ativa da coletividade e do Estado, na utilização de todos os instrumentos e mecanismos legais para, tanto desencorajar condutas danosas ao meio ambiente, como também, em caso de já ter ocorrido o fato-crime, reparar ou recuperar o ambiente ao *status quo ante*.

As diversas teorias sobre a pessoa jurídica e sua capacidade, podem orientar em direções diversas as decisões judiciais em processo penal no qual esteja sendo imputado ao ente coletivo um crime ambiental. Nesse sentido, a sociedade coletiva tem provocada acaloradas discussões doutrinária e jurisprudencial no país, ante ao evento danoso ao meio ambiente e a proteção constitucional.

Assim, oportuna será a análise sobre a possibilidade de a pessoa jurídica de direito privado cometer um crime ambiental e para isso, serão discutidas as diversas teorias acerca de sua personalidade jurídica, bem como, será objeto de estudo qual a concepção adotada na doutrina e nos Tribunais do país.

Admitindo que o ente coletivo tem sido instrumento de produção de riquezas no país, com a garantia constitucional da livre iniciativa, em não raras vezes tem provocado graves ofensas ao meio ambiente, que na Lei n. 9.605/98 tem sido tipificada como crimes, com a respectiva cominação de penas. Nesse sentido, o estudo buscará explicar como a dogmática penal se posiciona frente a tentativa de punição penal da pessoa jurídica que eventualmente tenha cometido um dano ambiental.

Serão também abordadas as possibilidades de aplicação dos princípios informadores do direito penal, ambiental ou constitucional, num processo penal em que esteja figurando como réu o ente coletivo. Estes princípios em essência, não estão voltados ou tem aplicação à pessoa jurídica, mas à pessoa natural.

Assim, buscará neste trabalho discutir o descompasso entre os posicionamentos

doutrinários e a jurisprudência, diante do art. 225, §3º, da CF/88 e da Lei n. 9.605/98, que poderá fatalmente comprometer o fim da norma – a proteção e defesa do meio ambiente

Estando certo de que o tema tem provocado importantes discussões na doutrina e na jurisprudência, serão evidenciados os pontos básicos de cada posicionamento, para, à luz do método hipotético-dedutivo buscar identificar qual a hipótese que poderá ser considerada a mais viável diante das disposições constitucional e legal e a doutrina.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO OU ASPECTOS HISTÓRICOS

As sociedades humanas ao longo da história, passaram a extrair ou utilizar os recursos da natureza, na busca da satisfação de suas necessidades. A interferência humana na natureza até o advento da Revolução Industrial, afetava modestamente o meio ambiente, de forma que, conforme afirma Ponting (1995), os danos não afetava o equilíbrio ambiental.

Nesse sentido, conforme avançava a produção industrial aumentavam os danos e as ameaças ao meio ambiente. A atividade corporativa, na busca pelo crescimento econômico provocou e ainda provoca graves danos ambientais, transformando-se em tema de debates e discussões sobre práticas econômicas e política ambiental.

1.1 DA INDUSTRIALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

A produção de riqueza nas sociedade humanas, passou por diversas transformações até tomar as configurações da atualidade. Inicialmente toda a produção de bens era feita de forma artesanal. Organizavam-se em oficinas domésticas sob a gestão do mestre-artesão que conduzia todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até a finalização do produto. As atividades artesanais foram características das sociedades medievais.

Nesse sentido, Arruda (1999) aponta que tanto a qualidade como a quantidade de mercadorias eram controladas pelas corporações de ofício. Essas corporações eram associações de artesãos que controlavam a produção artesanal. Entretanto, com as transformações na Europa no final do século XV, as atividades urbanas e mercantis ganham impulso, contribuindo para a configuração de uma nova forma de organização da produção econômica – as manufaturas.

Com as manufaturas, afirma Arruda (1999, p. 74) que “a produtividade passou a ser muito maior, pois os artesãos começaram a dedicar-se à execução de uma só etapa dentro do processo de fabricação de uma mercadoria”, gerando especialização da mão-de-obra em uma única etapa da produção. Nesse período o comerciante manufatureiro, dono das matérias-primas, coordenava as diferentes etapas da produção, ficando com os lucros da comercialização das mercadorias acabadas.

A produção de bens passou por mudanças significativas na segunda metade do século XVIII, com a implementação de máquinas no processo produtivo, iniciando, portanto, a

maquinofatura. Era o começo da Revolução Industrial na Inglaterra. Arruda (1999, p. 74) afirma que a partir desse período “muito dinheiro e pesquisa científica foram investidos no aperfeiçoamento de máquinas que, utilizando as forças da natureza, como a água, o vento e o vapor, substituíram as ferramentas e a força humana”.

A Revolução industrial, segundo entendimento de Arruda (1999), passou por duas fases básicas: a primeira fase da industrialização ficou mais restrita às inovações na indústria têxtil, já a segunda fase atingiu as comunicações, os transportes, a química, medicina etc., de forma que proporcionou a produção em larga escala e o barateamento dos produtos possibilitando aos capitalistas ingleses acumulação de capitais para custear e manter uma revolução industrial. O progresso econômico teve um alto preço social e ambiental.

Com o advento das fábricas, afirma Arruda (1999) houve o empobrecimento dos artesãos ingleses que não conseguiam competir com o ritmo de produção das máquinas. Somando-se às condições difíceis dos artesãos, houve evasão de pequenos camponeses que perderam suas propriedades para a nobreza que passaram a aplicar métodos capitalistas no campo.

A produção industrial, de acordo com Burns, Lerner e Meachan (1995) provocou o aumento da demanda por ferro e carvão. A produção de máquinas industriais, agrícolas, estradas de ferro, os barcos a vapor etc. impulsionava constantemente a exploração desses recursos minerais sem controle e regramento do Estado.

As transformações ocorreram no espaço urbano, no transporte, na relação de trabalho, no meio ambiente. As chaminés tornaram-se evidentes. A poluição do ar e da água atingia níveis elevados. Os apitos das fábricas ditavam o ritmo da vida. Burns, Lerner e Meachan (1995, p. 532) lecionam que:

A cólera, o tifo e a tuberculose eram predadores naturais em áreas sem esgotos adequados e sem água corrente, sobre as quais a fumaça de fábricas, estradas de ferro e habitações pairava pesadamente.

Os avanços industriais intensificaram-se no século XIX. As mudanças, segundo Burns, Lerner e Meachan (1995), ocorreram em diversas áreas. Com as novas tecnologias, a indústria química inovava em diversas frentes: tinturas para tecidos, vidro, aço, remédios químicos, petróleo etc. Somam-se o desenvolvimento do motor a combustão interna, a eletricidade e as comunicações.

Com a Revolução Industrial, as mudanças tecnológicas favoreciam um aumento geral do padrão de vida de parte da população ocidental, entretanto, havia grande número de pessoas pobres, nas cidades e no campo. O consumo da classe média urbana, incentivado pela liquidações periódicas, catálogos e venda a crédito, era maior do que no campo.

Em fins do século XIX uma nova configuração do capitalismo se evidencia. De acordo com Burns, Lerner e Meachan (1995), as companhias empresariais cresciam e sua necessidade de capital aumentava, e começavam a fundir-se. Surgia os grandes grupos empresariais que, ao mesmo tempo que controlavam os preços dos produtos, controlavam também a exploração da matéria prima até o comércio dos produtos acabados.

De acordo com Arruda (1999), a corrida por mercados e fontes de matérias-primas acirravam-se, afetando as relações entre os países industrializados. As fronteiras físicas dos Estados deixaram ser barreiras para economia cada vez mais globalizada. O capital industrial ou financeiro passou a ditar as novas regras na economia, e, alguns países da África e Ásia principalmente, foram totalmente subjugados nessa fase imperialista.

Em países como Brasil, Argentina, África do Sul, Índia e México, a industrialização foi bem tardia. Estas nações desenvolveram uma industrialização dependente, produzindo internamente o que era importado. Esse processo é conhecido, conforme Mattei e Santos Júnior (2009) como substituição de importações. Entretanto, estes países passaram a importar fábricas. Para o Brasil vieram indústrias de eletrodomésticos e principalmente montadoras automobilísticas.

Almeida e Rigolin (2003, p. 235) explicam que, sem perder o caráter agroexportador, nesses países o modelo de industrialização caracterizou-se pela produção:

Dirigida para o mercado interno, importante participação do Estado na construção de hidrelétricas, em indústrias de base, como a siderurgia, e na infraestrutura de transportes para atender às necessidades das nova indústrias.

Após os anos da Primeira Grande Guerra, de acordo com Almeida e Rigolin (2003), houve uma breve recuperação das exportações de produtos agrícolas do país, contribuindo para acumulação de capital para importação de equipamentos industriais. Logo ao fim da década de 1920, a economia mundial entraria numa das maiores crises – o Crash de 1929 que reduziu a capacidade produtiva e exportadora dos países industrializados, assim como, reduziu a

capacidade importadora dos países agroexportadores, o que acabou por favorecer a industrialização nacional.

Assim, ante aos efeitos da Crise de 1929, a atividade fabril de produtos básicos contribuiu, segundo Almeida e Rigolin (2003, p. 423) para a “transição do predomínio do capital agrícola para o capital industrial”. O capital industrial reunia o capital oriundo da cafeicultura, capitais internacionais, poupança interna e capital estatal que expandiu e diversificou a economia brasileira. Esse contexto é conhecido como industrialização por substituição de importações.

O período de transição do modelo primário exportador para o modelo de industrialização por substituição de importações foi considerado por diversos estudiosos brasileiros, como sendo a crise capitalista mundial de 1929, quando a capacidade de importação dos países produtores de bens primários se reduziu de forma acentuada devido a retração do comércio mundial (MATTEI; SANTOS JÚNIOR, 2009, p. 100)

Fica assim evidenciado que, em razão da crise do comércio mundial, aliada à incipiente estrutura interna, a produção industrial interna começa a despontar, objetivando, principalmente o abastecimento do mercado interno de produtos alimentares e têxteis. Mattei e Santos Júnior (2009) afirma que a diversificação da industrialização para outros campos como o químico e metálicos, se dariam um pouco mais tarde: durante a Segunda Guerra Mundial.

Dentro dessa análise é possível entender que no Brasil, tanto o início do processo industrial como sua diversificação, ocorreram em momentos de instabilidades e conflitos internacionais do século XX. Acrescentam Mattei e Santos Júnior (2009 p. 103) que do final da Segunda Guerra Mundial até 1955 a produção industrial continuou a passos largos, com taxas de crescimento anual de 8,5 % em média, “tornando-se definitivamente o setor mais dinâmico da economia”.

Na análise de Mattei e Santos Júnior (2009, p. 103), a partir de 1955 encerra-se essa fase de substituição de importações, entretanto, o país ainda continuava dependente de capital estrangeiro, importações tecnologias, máquinas e equipamentos industriais. Nesse período “instalaram no país multinacionais ligadas ao setor automobilístico (Ford, Renault, Fiat, Peugeot e Citroen), além de outras corporações como Firestone, IBM, Duperial, Olivetti e Coca-cola”. Assim, mesmo teoricamente industrializado o Brasil necessitava das divisas das exportações de produtos agrícolas.

Esse projeto desenvolvimentista, segundo Mattei e Santos Júnior (2009), marcou o

Governo do presidente Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas: durante esse plano o crescimento da produção industrial crescia a 11% ao ano. Esse crescimento industrial ficou concentrado na Região Sudeste do país e se estendeu até meados da década de 1970, com a concessão de subsídios e incentivos fiscais.

Aproveitando o bom momento da economia nacional, de acordo com Mattei e Santos Júnior (2009), o governo passou adotar uma política mais racional de concessão de incentivos fiscais e subsídios aos setores considerados estratégicos. Criou também os fundos de poupança compulsória (Programa de Integração Social - PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servido Público - PASEP, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS) e ampliou o crédito para o consumo, agricultura, construção civil e infraestrutura.

Para sustentar o crescimento econômico conhecido como Milagre Econômico brasileiro, de acordo com Mattei e Santos Júnior (2009), houve um aumento da dívida externa do país a juros elevados. Em 1981, apontam que os juros pagos da dívida externa foi de 9,2 bilhões de dólares, o que corresponde a 39% das exportações brasileiras. Desta forma, a produção nacional nos anos de 1980 foi orientada para o pagamento de dívida externa.

Almeida e Rigolin (2003, p. 424) afirma que:

Com o peso da dívida externa e os sucessivos aumentos do preço do petróleo no mercado internacional, o país viveu nos anos de 1980 o período conhecido como década perdida, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia em geral.

Para agravar essa situação de retrocesso industrial e baixo crescimento da economia, os índices de inflação atingia índices jamais vistos na década de 90, que, segundo Rezende e Didier (2005) ultrapassava a taxa de 2.700% ao ano.

Os anos de 1990 caracterizaram-se pelo avanço na globalização econômica mundial, pela política neoliberal e pelas crises econômicas em países emergentes, como o Brasil. Almeida e Rigolin (2003, p. 425) afirma que o “capital transnacional passou a controlar cada vez mais não a só a industrialização, mas também toda a economia brasileira, incluindo os setores agropecuários e de serviços”.

Nesse sentido, Leite e Bello Filho (2004, p 345) afirmam que:

A mundialização contemporânea é vista como um produto associado à expansão cada vez mais ampliada do capitalismo, da sociedade de consumo, que acarreta uma crescente mercantilização da vida em todas as suas formas e em níveis inéditos na história.

Nesse mundo globalizado, conforme afirma Arruda (1999), o capital não tem fronteiras e não estabelece raízes: na busca pelas vantagens econômicas influencia, intervém nos rumos da política dos países dependentes e transforma tudo em grandeza abstrata e em lógica contábil.

Na análise de Milaré (2005, p. 51) o “processo de desenvolvimento dos países se realiza, basicamente, à custas dos recursos naturais vitais, provocando deteriorações das condições ambientais em ritmo e escala” desconhecidos. De forma geral, as consequências são contaminação de rios, lenço freático, escassez de água, diminuição de áreas de florestas, poluição do ar, chuva ácida, desertificação de áreas, criação de ravinas etc.

O desenvolvimento a qualquer custo fundava-se, como afirma Milaré (2005, p. 51), na falsa ideia de que as nações por “enfrentarem problemas socioeconômicos de grande gravidade, não deveriam desviar recursos para proteger o meio ambiente”. Desta forma, a ideia de que a poluição e os danos ambientais eram um mal menor deixou consequências desastrosas ao meio ambiente, aos indivíduos e a coletividade no Brasil.

1.2 DOS DANOS AMBIENTAIS ADVINDOS DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

A industrialização em sua primeira fase, na análise de Ponting (1995, p. 575), criou áreas de poluição concentrada e degradação ambiental. Da mesma forma arruinou a paisagens com fumaça das chaminés e gases venenosos, criação de enormes montes de escória, vegetação destruída e “cursos de água cheios de um coquetel de lixos industriais”.

A produção industrial moderna, segundo Ponting (1995, p. 589), dirigiu-se para produtos mais poluentes, como o “plásticos, detergentes, fibras sintéticas, fertilizantes, pesticidas, em lugar de dos produtos naturais, menos poluentes, como o sabão, as fibras naturais e fertilizantes orgânicos”. As consequências desses novos produtos químicos, tanto pelo uso, descarte ou acidentes, podem causar graves danos ao ambiente. Em muitos Estados esses danos foram tipificados, estabelecendo sanções administrativas, penais e civis.

A Constituição Federal de 1988 tutela o direito ao meio ambiente equilibrado, e para tanto, prevê responsabilidades ou sanções penais e administrativas aos infratores, bem como obrigação de reparar os danos causados. Ao analisar a responsabilidade de reparar o dano, Fiorillo (2011) é enfático ao afirmar que a obrigação de reparar o dano não está obrigatoriamente ligada a ato ilícito. Desta forma mesmo que determinada empresa tenha agido licitamente, como observância dos padrões exigidos pelos órgãos oficiais e venha ocorrer o

dano, deve indenizar ou reparar o dano, em face da responsabilidade objetiva disposta no art. 14, § 1º da Lei n. 6.938/81.

Entender o que é dano ambiental é de grande importância, para a correta subsunção do fato à previsão constitucional ou legal. Entretanto, Milaré (2005, 735) afirma que há grande dificuldade na literatura jurídica moderna em definir dano ambiental, o que se justificaria em razão da própria Constituição não ter elaborado uma noção técnica de meio ambiente. Da mesma forma, não há uma definição única de meio ambiente, sendo pois, um conceito “aberto, sujeito a ser preenchido casuisticamente, de acordo com cada realidade concreta que se apresente ao intérprete.”

Antes de conceituar dano ambiental, Antunes (2013, p 539) primeiramente trata do termo meio ambiente, que, na forma da lei é “o conjunto de condições, leis, influências e interpretações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Assim, meio ambiente constitui um conceito abstrato que não se confunde com os bens que lhe dão suporte, pois trata-se de um bem jurídico autônomo e unitário.

Desta forma, seguindo o raciocínio de Antunes (2013) é totalmente equivocada a concepção que meio ambiente é o somatório de recursos minerais, recursos hídricos, flora e fauna, mas sim o resultado desse somatório. O meio ambiente é, segundo o art. 225 da CF/88, bem de uso comum do povo; devendo ser protegido, conservado ou recuperado, para uso e fruição de todos (tanto das gerações presente como futura).

O termo dano é conceituado por Antunes (2013, p. 539) como o:

Prejuízo injusto causado a terceiro, gerando obrigação de ressarcimento. A ação ou omissão de um terceiro é essencial. Desnecessário dizer que, no conceito, somente se incluem as alterações negativas, pois não há dano se as condições forem alteradas para melhor, sem prejuízo.

Posto nestes termos, afirma Antunes que a questão parece simples. Entretanto, tratando-se de Direito Ambiental essa simplicidade encontra significativas dificuldades. Já o termo dano ambiental é entendido por Antunes (2013, p. 539) como a “ação ou omissão que prejudique as diversas condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permita, abrigue e reja a vida, em quaisquer de suas formas”.

Milaré (2005, p. 735) conceitua dano ambiental como a “lesão aos recursos ambientais, com consequente degradação – alteração adversa ou *in pejus* – do equilíbrio ecológico e da

qualidade de vida”. Já o art. 3º, I, da Lei nº 6.938/1981, dispõe que degradação é alteração adversa das características do meio ambiente.

Da leitura do inciso III, do art. 3º da mesma lei, pode-se observar que a poluição também é entendida como a degradação que afeta desfavoravelmente a biota ou as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

Milaré (2005, p. 736) entende que o:

Dano ambiental tem uma conceituação ambivalente, por designar não só a lesão que recai sobre o patrimônio ambiental, que é comum à coletividade, mas igualmente por se referir ao dano – por intermédio do meio ambiente ou dano ricochete – a interesses pessoais, legitimando os lesados a uma reparação pelo prejuízo patrimonial ou extrapatrimonial sofrido.

Assim, o autor entende que o dano ambiental recairá sempre e diretamente sobre o ambiente acarretando prejuízos a toda coletividade, entretanto, poderá também em determinadas situações, acarretar prejuízos a saúde ou a outros interesses particulares de um indivíduo ou grupo de pessoas. Desta forma, enfoca o caráter coletivo e individual do dano ambiental.

O dano ambiental coletivo segundo Milaré (2005) pode afetar interesses coletivos ou interesses difusos. Os interesses coletivos são transindividuais de natureza indivisível e tem como titular categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica. Já os interesses ou direitos de caráter difuso são também transindividuais e de natureza indivisível, entretanto, seus titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

É certo que há relevância ao tratar dessa diferenciação do caráter difuso ou coletivo dos interesses ou direitos lesados, entretanto, o que mais importa é, segundo Milaré (2005, p. 737), o “caráter transindividual e na indivisibilidade do direito tutelado”.

Tratando-se de dano ambiental que afeta negativamente direitos coletivos, afirma Milaré (2005, p. 737) que, em “virtude da importância desses direitos e da difusão de vítimas, cumpre fundamentalmente ao Ministério Público manipulação das medidas processuais” cabíveis para impedir tanto a ocorrência, como a reparação do dano ambiental coletivo.

Por outro lado, afirma Milaré (2005, p. 737) que quando for possível a identificação de

um indivíduo ou grupo de indivíduos que foram lesados em seu patrimônio particular ou em interesses extrapatrimoniais, “tem-se o dano ambiental individual, também chamado dano ricochete ou reflexo”.

Assim, o indivíduo que teve seus interesses lesados poderá deduzir pretensão individual de indenização ou reparação dos danos com base na responsabilidade objetiva do causador do dano, estabelecida na Lei n. 6.938/81, em seu art. 14, § 3º. Não se considera as razões da degradação ou dos danos para o dever de indenizar. Machado (2006, p. 347) afirma que:

Não interessa que tipo de obra ou atividade seja exercida pelo que degrada, pois não há necessidade de que ela apresente risco ou seja perigosa. Procura-se quem foi atingido e, se for o meio ambiente e o homem, inicia-se o processo lógico-jurídico da imputação civil objetiva ambiental.

A reparação de um dano ambiental é tarefa difícil e custosa. Milaré (2005, p. 739) entende que jamais se reconstituirá a integridade ambiental ou a qualidade do meio ambiente a seu estado anterior, dado o “valor intrínseco da biodiversidade, do equilíbrio ecológico ou da qualidade ambiental plena”, por maiores que sejam as indenizações, estas terão apenas valor simbólico.

Nesse mesmo sentido, se existe a dificuldade ou impossibilidade de mensuração dos danos patrimoniais ambientais, quanto mais dos danos extrapatrimoniais. Fiorillo (2011, p. 106) afirma que há grande problema quando da liquidação nas ações de indenizações.

Isso porque, se já é difícil a liquidação do dano ambiental com efeito patrimonial, pois nunca há uma completa satisfação na reparação do meio ambiente, seja pelo cumprimento de uma obrigação específica, seja quando se trata de um valor em pecúnia, há redobrada dificuldade em se liquidar um dano moral decorrente de ofensa ao direito difuso ao meio ambiente (FIORILLO, 2011, p. 106).

De acordo com Fiorillo (2011), a dificuldade em mensuração reside pela falta de parâmetros legais, e mesmos doutrinários. Aponta que a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manifestou que não é um simples cálculo matemático. A fixação de valores para indenização por danos morais depende do caso concreto.

Todavia, aponta Fiorillo (2011), que alguns critérios devem ser considerados para a estipulação do *quantum debeatur* como as circunstâncias do fato, condição econômica do poluidor e a gravidade do dano – se leve, moderada, severa, tamanho da área afetada, duração da agressão e tempo para a recuperação da área.

Além da reparação do dano e sanções de caráter civil, o dispositivo constitucional e infraconstitucional parece apontar outras modalidades de sanções, como a penal e a administrativa que devem ser impostas aos agentes da conduta delituosa. As sanções penais e administrativas tem, segundo Antunes (2013), características de um castigo que é imposto ao poluidor. Assim, de acordo com a interpretação a Constituição estabelece uma tríplice responsabilidade aos causadores do dano ambiental.

A responsabilidade administrativa é, segundo Leite e Bello Filho (2004, p. 132) fixada e imposta pelo Estado, “todas as vezes que, na relação jurídica, o particular faltar com seu dever para com o Estado, ou para com a coletividade pelo Estado representada”.

O ponto de discórdia, tanto na doutrina como na jurisprudência, encontra-se na responsabilidade penal da pessoa jurídica, cuja previsão, em tese, encontra-se na Constituição Federal no Art. 225, § 3º e no art. 3º da Lei n. 9.605/1998. E essa será a grande discussão que se pretende esboçar a fim de enriquecer o debate e contribuir para a construção de entendimento capaz de superar a celeuma.

2 DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO E DOS CRIMES AMBIENTAIS

O homem nas sociedades modernas, tem, por vezes, conforme assinala Tomazette (2011), objetivos que são quase impossíveis de serem alcançados somente por suas forças, e, assim prefere constituir um organismo - a pessoa jurídica, capaz de alcançar o fim almejado, que podem ser econômico, religioso, recreativo, de pesquisas etc.

Tomazette (2011, p. 219) afirma que a razão de ser da pessoa jurídica

Está na necessidade ou conveniência de as pessoas singulares combinarem recursos de ordem pessoal ou material para a realização de objetivos comuns, que transcendem as possibilidades de cada um dos interessados por ultrapassarem o limite da moral da sua existência ou exigirem a prática de atividades não exercitáveis por eles.

A pessoa jurídica, segundo entendimento Gonçalves (2011), é ente moral suscetível de direitos e obrigações. Como sujeito de direito, pode valer-se dos instrumentos processuais cabíveis para satisfação de suas pretensões, bem como também sofrer coação para o cumprimento de dever que lhe foi imposto.

Gonçalves (2011) esclarece que a pessoa jurídica pode receber denominação diferente em cada país. Afirma que em países como a França e na Suíça chamam-se pessoas morais. Em Portugal é chamada de pessoas coletivas. Já na Argentina preferiu-se entes de existência ideal. Agora no Brasil, Alemanha, Espanha e na Itália etc., preferiu-se a expressão pessoas jurídicas.

Há outras denominações como pessoas civis, místicas, abstratas, compostas, universidade de bens etc., mas para Gonçalves (2011, p. 215), a expressão “pessoa jurídica é a menos imperfeita e a que mais frequentemente se usa, porque acentua o ambiente jurídico que possibilita sua existência”.

A previsão legal da pessoa jurídica no ordenamento jurídico pátrio, encontra-se no Código Civil, nos artigos 40 e seguintes. Em sua atuação, a pessoa jurídica deverá observar os requisitos de validade do negócio jurídico, conforme disposto no artigo 104 e incisos do mesmo código, qual seja: objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

Desta forma, a pessoa jurídica existe para a satisfação de interesses humanos que os indivíduos, sozinhos, não os alcançariam; além do mais, pode desenvolver atividades por período superior ao da existência humana.

2.1 DA NATUREZA JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA À LUZ DAS TEORIAS TRADICIONAIS

A pessoa jurídica segundo Gonçalves (2011, p. 215), são “entidades que a lei confere personalidade, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações”, cuja principal característica é de atuar na vida jurídica com personalidade própria, ou seja, diversa da dos indivíduos que as constitui.

Gonçalves (2011, p. 216) aponta que há a teoria que nega a existência da pessoa jurídica – os negativistas, não aceitando que uma entidade formada por indivíduos diversos possa ter personalidade jurídica própria; entretanto, outras – os afirmativistas – admitem que um “grupo de pessoas passa a constituir uma unidade orgânica, com individualidade própria reconhecida pelo Estado e distinta das pessoas que a compõe”.

Compondo o grupo dos afirmativistas há basicamente dois grupos: o das teorias da ficção e o das teorias da realidade. Entre cada grupo há pontos de divergências.

A teoria da ficção, conforme aponta Gonçalves (2011, p. 217) engloba basicamente duas categorias: o da ficção legal e o da ficção doutrinária. Os ficcionistas defendem que a pessoa jurídica “constitui uma criação artificial da lei, um ente fictício, pois somente a pessoa natural pode ser sujeito da relação jurídica e titular de direitos subjetivos”. E por ser ficção, sua capacidade se estende somente em relação a fins patrimoniais, sendo portanto, incapazes de delinquir, pois carece de vontade de ação.

A teoria da ficção doutrinária acaba por ser variação da ficção legal e defendem que a pessoa jurídica tem apenas existência intelectual, sendo mera ficção criada pela doutrina.

Um questionamento que se faz aos ficcionistas e que não há explicação é sobre a existência do Estado como pessoa jurídica. Gonçalves (2011, p. 217) ao criticar os ficcionistas, assevera que “dizer que o Estado é uma ficção legal ou doutrinária é o mesmo que dizer que o direito, que dele emana, também o é”, e consequentemente, tudo que se encontra na esfera jurídica.

Já para os defensores da teoria da Realidade, conforme afirma Prado (2013, p. 133), as pessoas jurídicas são realidades vivas e não apenas mera abstração. Tem existência própria como os próprios indivíduos que a constitui e, sendo real, atua do mesmo modo que a pessoa

física, “ainda que mediante procedimentos diferentes e pode, por conseguinte, atuar mal, delinquir e ser punida”.

Aparecem, pois, como seres coletivos, dotados de vontade real, que podem exercer em diversos sentidos; e nada impede, em princípio, que seja ela dirigida a fins proibidos, especialmente pela lei penal (PRADO, 2011, p. 134).

Gonçalves (2011) aponta três grupos ou correntes ideológicas que divergem no modo de apreciar essa realidade viva como, os grupos que defendem a da Realidade objetiva ou orgânica, da realidade jurídica ou institucional e o da realidade técnica.

O grupo da Teoria da Realidade Orgânica, de acordo com Gonçalves (2011, p. 218), sustenta que a pessoa jurídica é uma realidade sociológica, com vida própria e que nasce por imposições das forças sociais, com “existência própria, distinta da de seus membros, capaz de tornar-se sujeito de direito, real e verdadeiro”.

Segundo a teoria da realidade objetiva ou orgânica haveria nas pessoas jurídicas uma vontade individualizada, própria, e, conseqüentemente, onde há vontade há direito, e onde há direito há um sujeito de direitos. Essa teoria concebe a pessoa jurídica como um “organismo natural, tal qual o ser humano, possuindo uma vontade própria, interesses próprios e patrimônio próprio. Não tratamos de abstrações, mas de entes reais que produzem e sofrem efeitos” (TOMAZETTE, 2011, p. 223).

Reale (2002, p. 235) ao analisar a natureza jurídica do ente moral, afirma que a teoria da realidade orgânica “atende a certos aspectos do problema, mas exagera quando dá às pessoas jurídicas uma existência substancial, ou seja, quando atribui às pessoas jurídicas uma existência real efetiva”.

Para Tomazette (2011), essa teoria, ao reconhecer a realidade dos entes morais, representou um avanço no desenvolvimento da pessoa jurídica, entretanto, afirma que é falha ao identificar a vontade da pessoa moral com a da pessoa física.

O paradoxo central de toda esta teoria está na suposição gratuita que o ente coletivo tenha uma vontade própria. Porém, uma vontade não pode ter no sentido psicológico. Ora, apenas os homens possuem uma vontade, não seres extra-humanos, assim ditos sociais. É certo que o querer dos indivíduos associados, reagindo e combinando-se entre si, se modificam, sujeitam-se a atrações, influências e interferências, de modo que o resultado do querer conjunto dos associados é diferente no conteúdo da vontade inicial dos indivíduos, mas não se cria com isso uma vontade diversa atribuível a um ente misterioso que sobrepõe a todos e tudo penetra (FERRARA, apud, TOMAZETTE, 2011, p. 224)

Da mesma forma, afirma Gonçalves (2011) que essa teoria não se sustenta por não esclarecer como os grupos sociais podem adquirir vida própria e personalidade que é próprio do ser humano tornando-se sujeitos de direitos e obrigações.

Há também o grupo da teoria da realidade jurídica ou institucional, que segundo Gonçalves (2011, p. 218) “considera as pessoas jurídicas como organizações sociais destinadas a um serviço ou ofício, e por isso personificada”. Para essa concepção, a pessoa jurídica nasce das relações sociais.

Afirma Reale (2002, p. 236) que, segundo a teoria da realidade jurídica, o ente coletivo é uma existência teleológica ou finalística em que o “elemento nuclear da instituição é a idéia que congrega e inspira aqueles que se dedicam à mesma tarefa, conjugando esforços diversos visando a um fim determinado”.

Essa teoria também não explica como os grupos sociais adquirem vida própria e personalidade e tornam-se sujeitos de direitos e obrigações, assim como, nada esclarece sobre as sociedades que se organizam sem finalidade de prestar serviço e nem sobre as fundações que surge fundamentalmente da vontade do instituidor.

E por fim, para a teoria da realidade técnica a personificação da pessoa jurídica é um atributo do Estado:

É expediente de ordem técnica, a forma encontrada pelo direito para reconhecer a existência de grupos de indivíduos, que se unem na busca de fins determinados [...] O Estado, reconhecendo a necessidade e a conveniência de que tais grupos sejam dotados de personalidade própria, para poder participar da vida jurídica nas mesmas condições das pessoas naturais, outorga-lhes esse predicado (GONÇALVES, 2011, p. 218).

O Estado, de acordo com Gonçalves (2011), não outorga esse benefício de maneira arbitrária aos entes, mas sim tendo em vista determinada situação, que já encontra devidamente concretizada, e desde que se observem determinados requisitos por ele estabelecidos.

Com efeito, as pessoas jurídicas são realidades reconhecidas pelo direito, este não cria as pessoas jurídicas do nada, mas a partir de realidade que não se confunde com a realidade das pessoas humanas. O direito não considera apenas a realidade vulgar, levando em conta outros fatores, tanto que reconhece a personalidade independente de um suporte biológico (TOMAZETTE, 2011, p. 224).

A personalidade jurídica é, portanto, para a teoria da realidade técnica, um atributo que o Estado defere a certas entidades havidas como merecedoras dessa benesse. Assim, a pessoa jurídica é uma realidade do mundo jurídico e não da vida sensível, que conforme afirma Tomazetti (2011, p. 225), “aparece como a tradução mais simples e mais lógica de fenômenos jurídicos já indiscutíveis”.

2.2 DA TEORIA ADOTADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL

Ao analisar as teorias que tratam da natureza jurídica da sociedade coletiva constata-se que a teoria afirmativista encontrou guarida na doutrina pátria, em detrimento da teoria negativista. Os afirmativistas acabaram-se por ramificar dando origem à teoria da ficção e teoria da realidade da pessoa jurídica. Já teoria da realidade subdivide-se em: a) teoria da realidade objetiva ou orgânica; b) teoria da realidade jurídica ou institucionalista e; c) teoria da realidade técnica.

A teoria da realidade objetiva ou orgânica, conforme afirma Martins e Passos (1999) não teve boa aceitação na doutrina pátria, evidenciando-se assim, as fragilidades de suas bases. De outro lado, tanto a teoria da realidade jurídica ou institucionalista como a teoria da realidade técnica, teve defensores na doutrina nacional.

Reale (2002, p. 235) ao analisar a natureza jurídica da sociedade coletiva, aponta que entre todas as teorias, merece atenção especial a teoria institucionalista que afirma que a pessoa jurídica é uma existência teleológica ou finalística. Para esta teoria “o elemento nuclear da instituição é a idéia que congrega e inspira aqueles que se dedicam à mesma tarefa, conjugando esforços diversos visando a um determinado fim”.

Assim, para Reale (2002, p. 236) a teoria “que vê na pessoa jurídica uma unidade de fins, e que, por conseguinte, não reduz a pessoa jurídica a algo existencial, no plano biológico, mas existencial no plano teleológico”, é a que melhor atende à natureza do problema sob análise. Entretanto, aponta que o erro dos ficcionistas é pensar que o real seja tão-somente aquilo que é tangível. Da mesma forma, Reale (2002) critica a teoria [de Kelsen] que só considera em sua análise, o aspecto lógico-normativo para a compreensão da pessoa jurídica.

De acordo com Reale (2002, p. 238), o grande equívoco nas concepções acima elencadas [de Kelsen e dos ficcionistas] consiste em não considerar dois outros aspectos essenciais, o fato e o valor: “o fato de certos homens congregarem para a realização de um valor ou fim que os inspira e determina”.

No mesmo sentido, Montoro (1999) afirma que a teoria institucionalista se destaca ao procurar explicar a realidade da pessoa jurídica, com sua finalidade, organização própria e duração, que não se confundem com a vida individual de seus membros.

Após reflexões sobre as demais teorias, Montoro (1999) constrói uma definição de pessoa jurídica que apresenta quatro elementos: uma unidade jurídica, com finalidade própria, dotada de organização de pessoas e bens, com capacidade de direitos.

A unidade jurídica é, segundo Montoro (1999, p. 501), a “primeira característica que deve possuir qualquer pessoa; isto é, apresentar-se como uma unidade dentro da ordem jurídica”. Já a finalidade própria é o elemento essencial de qualquer ente coletivo, não se confundindo com os fins particulares de seus membros. Por fim, a pessoa jurídica é dotada de organização tanto de bens como de pessoas, tendo capacidade de direito. Essa capacidade de direito, é a capacidade da pessoa jurídica assumir obrigações e ser capaz de direitos patrimoniais e direitos de natureza não patrimonial, igualmente protegidos pela ordem jurídica.

Em outro sentido, Gagliano e Pamplona Filho (2011) afirmam que a teoria da realidade técnica é a que melhor explica o tratamento dispensado à pessoa jurídica pelo Direito positivo nacional, entendimento compartilhado por Martins e Passos (1999), que afirmam que a teoria da realidade técnica é a teoria mais aceita na doutrina.

Defensor da teoria da realidade técnica, Tomazette (2011) afirma que o direito não cria as pessoas jurídicas do nada: elas são realidades do mundo jurídico. Trata-se de uma realidade puramente técnica, que pressupõe dois elementos, quais sejam, substrato mais reconhecimento. Concorda com a crítica dispensada por ser extremante positivista, mas ainda acredita que é a concepção mais acertada.

A pessoa jurídica, de acordo com Tomazette (2011, p. 225), depende de seres humanos para praticar os atos da vida concreta:

Seus contatos com o mundo real exigem a presença de órgãos que os estabeleçam [...] é evidente que uma pessoa moral não pode obrar por si mesma, sendo necessário que se exteriorize por mecanismos, por órgãos, sem os quais seria como se não existisse.

Tomazette (2011, p. 226) entende que a “expressão órgão é preferível, uma vez que este recebe seus poderes do próprio estatuto da pessoa jurídica e está integrado dentro da mesma”. Assim, quando há uma ação do órgão, quem age na verdade é a pessoa jurídica. É por meio do órgão, que a vontade da pessoa jurídica se expressa. O autor (2011, p. 226) compartilha da concepção de que o “órgão executa a vontade da pessoa jurídica, assim como o braço, a mão, a boca executam a da pessoa física”.

Desta forma, de acordo as abordagens acima elencadas, Martins e Passos (1999), Tomazette (2011) e Gonçalves (2011) admitem e defendem a viabilidade da teoria da realidade técnica sobre a pessoa jurídica, sendo para estes, a que melhor explica o fenômeno pelo qual um grupo de pessoas, com objetivos comuns, pode ter personalidade própria.

Para Gonçalves (2011), a teoria da realidade técnica é a adotada pelo direito brasileiro, conforme disposto no art. 50 do Código Civil (Lei. N. 10.406/2002), em que o Estado confere existência legal à pessoa jurídica de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.

Nessa mesma linha posiciona-se Tartuce (2011, p. 119), ao afirmar que o:

Parágrafo único do dispositivo traz inovação, prevendo prazo decadencial de três anos para a anulação dessa constituição, contado o prazo da inscrição do registro. Esse artigo, na verdade, ressalta a tese de que o Código Civil adota a teoria da realidade técnica, uma vez que a pessoa jurídica, para existir, depende do ato de constituição dos seus membros, o que representa um exercício da autonomia privada.

Outro, no entanto, é o posicionamento de Rodrigues (2003, p. 89) ao afirmar que a pessoa jurídica, de acordo com o direito pátrio, “têm realidade objetiva, pois a lei assim o diz”. Para tanto, aponta que o art. 45 do Código Civil dispõe que a existência legal das pessoas jurídicas começa com a inscrição de seus contratos no respectivo registro.

Assim, observa-se que a partir da interpretação do mesmo dispositivo legal, tanto os defensores da teoria da realidade técnica como os defensores da teoria da realidade objetiva sustentam que sua teoria foi abraçada pelo ordenamento jurídico pátrio.

Ante a celeuma, permanece a discussão sobre a natureza da pessoa jurídica adotada no ordenamento pátrio, podendo, desta forma, influenciar ou condicionar as soluções que as demandas reclamam.

2.3 DOS TIPOS PENAIIS DISPOSTOS NA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

As leis ambientais brasileiras pretéritas caracterizavam-se, conforme afirma Prado (2013, p. 163), como legislação de tipo mosaico, e eram:

Excessivamente prolixas, casuísticas, tecnicamente imperfeitas, quase sempre inspiradas por especialistas do setor afetado, leigos em Direito, ou quando muito de formação jurídica não específica, o que as torna de difícil aplicação, tortuosas e complexas, em total descompasso com os valores – técnicos-científicos – que regem o Direito Penal Moderno.

Influenciado pelas inovações e avanços das legislações ambientais de países europeus e americanos, o Estado brasileiro promulgou a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98). Mesmo assim, fugiu à tendência doutrinária e legislativa moderna, que é a de incorporar os crimes ambientais no próprio Código Penal em título e capítulo próprio, conforme sinaliza Prado (2013). Esta forma moderna de disposição legal (em que a legislação ambiental está incorporada no Código Penal) é vista no Código Penal alemão (com as alterações de 1980), Código Penal Espanhol (com as alterações de 1995 e 2010), Código Penal português, Código Penal austríaco, Código Penal do Peru (de 1991), Código Penal da Colômbia (de 1981).

Entretanto, pode-se afirmar que a Lei n. 9.605/98 buscou, conforme afirma Prado (2013, p. 164) dar um tratamento penal coerente e “unívoco à matéria, aglutinando os vários elementos que compõem o meio ambiente, em favor de uma harmonização das normas incriminadoras e de suas respectivas penas”.

Segundo a análise de Prado (2013), a Lei n. 9.605/98 caracteriza-se por ser altamente criminalizadora, erigindo à categoria de delitos, comportamentos que deveriam constituir apenas infrações administrativas ou, quando muito, contravenções penais. Desta forma a Lei N. 9.605/98 encontra-se na contramão dos princípios da intervenção mínima e da insignificância, balizadores do Direito Penal. A exemplo, cita os crimes tipificados nos arts. 32, 33, III, 34, 42, 44, 49, 52, 55, 60 entre outros.

Acresce a esse caráter criminalizador outros problemas, conforme aponta Prado, que:

O legislador de 1998 é prodigo em se utilizar de conceitos amplos e indeterminados – muitas vezes eivados de impropriedades técnicas, linguísticas e lógicas –, permeados por cláusulas valorativas e, frequentemente, vazados em normas penais em branco, com excessiva dependência administrativa (PRADO, 2013, 164).

Essa imprecisão legal pode ser vista nos arts. 34, 38, 40, 45, 60 etc. tornando a Lei (9.605/98) excessivamente dependente de ato administrativo. Prado afirma que “a técnica de remissão só deve ser admitida em casos de indeclinável necessidade e dentro de certos parâmetros, entre os quais figura a exigência de certeza legal” (2013, p. 164). Caso contrário, Prado afirma que a lei nada resolve e de nada serve.

A norma penal deve ser feita de forma limitada e cuidadosa. Deve-se observar, de acordo com Prado (2013, p. 164), os “ditames rígidos dos princípios constitucionais penais – legalidade dos delitos e das penas, intervenção mínima e fragmentariedade entre outros -, pilares que são do Estado de Direito democrático”.

Para Capez (2011, p. 27) o Direito Penal:

Exerce uma função de ordenação dos contatos sociais, estimulando práticas positivas e refreando as perniciosas e, por essa razão, não pode ser fruto de uma elucubração abstrata ou da necessidade de atender a momentâneos apelos demagógicos, mas, ao contrário, refletir, com método e ciência, o justo anseio social.

Continua Capez (2011, p. 39) afirmar que a intervenção repressiva penal só tem sentido como imperativo de necessidade, ou seja, “quando a pena se mostrar como único e último recurso para a proteção do bem jurídico”. Nesse sentido, a Lei n. 9605/98, extrapolou os princípios da intervenção mínima e da *ultima ratio*.

A Lei n. 9.605/98, dispõe sobre os tipos penais em espécie a partir do capítulo V. Nos primeiros capítulos, trata das disposições gerais, dispondo quem poderá ser alcançado pela norma penal ambiental, a aplicação e das modalidades de penas, com as hipóteses atenuantes e agravantes. Trata também da apreensão, venda, doação ou destinação de produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime. Da mesma forma, dispõem sobre a ação penal, estabelecendo regras para a transação penal e extinção da punibilidade.

A partir do capítulo V, trata dos crimes contra o meio ambiente, organizado da seguinte forma: a) seção I – dos crimes contra a fauna; b) seção II – dos crimes contra a flora; c) seção III – da poluição e outros crimes ambientais; d) seção IV – dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; e) seção V – dos crimes contra a administração ambiental.

Os dois capítulos seguintes (capítulos VI e VII), dispõem sobre infrações de ordem administrativas e cooperação internacional para a preservação do meio ambiente. E, por fim, o último capítulo (VIII), trata das disposições finais, já com redação atualizada em 2001.

As normas ambientais pretéritas eram, segundo Prado (2013), elaboradas mais com o intuito de proteger recursos financeiros, entretanto, com a Lei n. 9.605/98 houve a preocupação em preservação do meio ambiente, como bem de uso comum do povo e necessário para uma sadia qualidade de vida, composto de vários elementos diversificados, como o ar, água, solo, flora, fauna etc.

Os crimes de poluição, tipificados na seção III, do capítulo V, por sua gravidade e extensão, conteúdos e espécies, atentam gravemente contra o meio ambiente. A poluição pode segundo Prado (2013, p. 269), ser classificada pela parte do “elemento danificado (poluição do ar, da água, do solo), pela fonte (poluição difusa, pontual, de guerra, navio), e, finalmente, pela causa (poluição sonora, nuclear, química)”.

Poluição pode ser definida como:

Introdução pelo homem, diretamente ou indiretamente, de substâncias ou de energia no ambiente que dá lugar a consequências prejudiciais de modo a pôr em perigo a saúde humana, a prejudicar os recursos biológicos e os sistemas ecológicos, a atentar ou a incomodar as outras utilizações legítimas do ambiente (RAMADE, *apud*, PRADO, 2013, P. 269).

Desta concepção e da leitura do caput, do art. 54, da Lei n. 9.605/98, abstrai-se a ideia de que o crime de poluição somente se configura, se for em nível que possa causar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

O grande debate nos Tribunais do país acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais, remete ao crime de poluição (art. 54, da Lei n. 9.605/98) provocado, em tese, pela Petrobrás, no dia 16 de julho de 2000, em que quatro milhões de litros de óleo cru acabaram por poluir os Rios Barigui e Iguaçu e suas áreas ribeirinhas, no Estado do Paraná, provocando a mortandade de animais terrestres, da fauna ictiológica e destruição significativa da flora.

3 DOS PRINCÍPIOS E BROCARDOS JURÍDICOS

Os princípios são utilizados como o alicerce ou fundamento do Direito. Podem também ser concebidos como proposição ou verdade geral em que se apoiam outras verdades, ou como espécies de normas que podem estabelecer os fundamentos para a interpretação do direito, ou sua aplicação.

Para Canotilho, os princípios são:

Normas jurídicas impositivas de uma otimização, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionalismos fáticos e jurídicos. Permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à lógica do tudo ou nada), consoante o seu peso e ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes” (CANOTILHO, *apud*, MACHADO, P., 2007, p. 55).

Para Reale (2002, p. 303), os princípios são “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem o campo do saber”. Podem ser discriminados, segundo este autor, em princípios omnivalentes (quando válidos para todas as áreas do saber, como o princípio da identidade), princípios plurivalentes, (quando válidos para vários campos do conhecimento, como o princípio de causalidade) e princípios monovalentes (quando valem no âmbito de uma determinada área do conhecimento – como os princípios gerais do direito).

Assim, Como base, verdade geral ou fundamentos para interpretação ou aplicação do Direito, os princípios podem, condicionar e orientar a compreensão do ordenamento jurídico, suprir lacunas da lei e exercer função integradora da norma.

Já os brocardos jurídicos [ou antigas máximas], de acordo com Reale (2002, p. 319) eram criticados e desprezados pelos filósofos e pelos teóricos do Direito, por serem apenas reminiscências de processos rotineiros, e acabavam por embaraçar a tarefa da Ciência Jurídica. Entretanto, “apesar das críticas e condenações veementes, os brocardos jurídicos continuam a correr o foro”, ainda de preferência em sua originária e sucinta roupagem latina.

Afirma Reale (2002, p. 319) que algumas dessas antigas máximas impediram a “compreensão de certos fatos jurídicos, enquanto que outras ainda representam diretivas de inegável valor prático, quando empregadas com o devido critério”.

Impende consignar que a concepção da pessoa jurídica como *fictio juris* e o princípio da *societas delinquere non potest* [Pessoa jurídica não pode cometer delitos], serviu ou serve

de base para os defensores da irresponsabilidade penal da pessoa jurídica. Pela teoria da ficção a pessoa jurídica é uma simples ficção do Direito e, sendo de origem românica, servia bem aos jurisconsultos que eram, segundo Reale (2002), práticos e pragmáticos.

Quando queriam atingir um resultado, e deparavam com embaraços de qualquer ordem, contornavam-nos colocando o problema como se ele fosse deveras compatível com aplicação de uma norma jurídica já existente, ou então, construíram ficticiamente uma regra adequada ao caso (REALE, 2002, p. 234).

Como ficção jurídica o ente coletivo não pode cometer crimes. Segundo Thomé (2015), a expressão *societas delinquere non potest* constituiu os fundamentos da teoria da irresponsabilidade penal da pessoa jurídica. Assim, aponta para impossibilidade de punição penal dos entes coletivos, cabendo-lhes apenas a aplicação de sanções administrativa ou civil.

Esse brocardo aponta que as pessoas jurídicas carecem de vontade e de ação. Thomé (2015, p. 700) afirma que segundo essa teoria a pessoa jurídica “são entes desprovidos de consciência e de vontade própria, não podendo realizar atos tipicamente humanos, como condutas criminosas”. Advém dessa concepção o argumento que se não tem vontade ou consciência, não atuam com dolo ou com culpa e “punir a pessoa jurídica seria admitir a responsabilidade penal objetiva, vedada no direito penal” (THOMÉ, 2015, p. 700).

Prado (2013, p. 134), afirma que o apotegma *societas delinquere non potest*, constitui “verdadeira reafirmação dos postulados da culpabilidade e da personalidade das penas. Isso quer dizer que os crimes praticados no âmbito da pessoa jurídica só podem ser imputados criminalmente às pessoas naturais na qualidade de autores ou partícipes”.

Segundo Prado (2013, p. 134):

O fundamento de tal orientação radica, essencialmente, em que se encontram ausentes na atividade da própria pessoa jurídica os elementos seguintes: a) capacidade de ação no sentido penal estrito; b) capacidade de culpabilidade (princípio da culpabilidade); c) capacidade da pena (princípio da personalidade da pena), indispensáveis à configuração de uma responsabilidade penal subjetiva.

Seguindo na análise dessa teoria, Prado (2013, p. 135) aponta que a pessoa jurídica não têm consciência e vontade, tal como a pessoa natural, necessitando de tomar emprestada dos homens, a capacidade de autodeterminação. Significa dizer que “só o ser humano, como pessoa-indivíduo, pode ser qualificado como autor ou partícipe de um delito. Daí a máxima *nullum crimen sine actione* e o seu indispensável coeficiente de humanidade”.

Assim, segundo a teoria fundada na *societas delinquere non potest*, somente as atuações ou manifestações da atividade do homem podem constituir crime e jamais as da pessoa jurídica.

Os defensores dessa teoria afirmam que “é necessário, pois, distinguir entre sujeito da ação e sujeito da imputação, que não são coincidentes no caso de pessoas jurídicas, visto que estas só podem atuar através de seus órgãos e representantes, isto é, de pessoas físicas (sujeito da ação)” (Prado, 2013, p. 135). Então se houve um fato típico, foi decorrente da conduta de seu representante e não autoria da própria pessoa jurídica.

Prado (2013) afirma que além disso, a especificidade da norma penal, fundada em modais deônticos de cunho imperativo próprios da norma penal – obrigatório, proibido e permitido – tem como destinatário a pessoa natural.

Há outras expressões também de uso frequente como *ubi eadem legis ratio, ibi eadem legis dispositivo* (onde a razão da lei é a mesma, igual deve ser a disposição), *permittitur quod non prohibetur* (tudo o que não é proibido, presume-se permitido), *semper in dubiis benigniora proferenda sunt* (nos casos duvidosos deve-se preferir a solução mais benigna) e *utile per inutile non vitiatur* (o que num ato jurídico é útil não deve ser prejudicado por aquilo que não o é).

Desta forma, afirma Reale (2002) que muitas expressões e adágios ainda atuam como ideias diretoras e de inegável alcance prático, que o operador do direito não pode desprezar. Outras, porém, já não correspondem com a norma jurídica moderna, exigindo cautela para seu acolhimento.

3.1 DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E CONSTITUCIONAIS PENAIIS

Gomes (2004) afirma que da conjugação do Direito Penal com a Constituição abstrai-se doze princípios constitucionais penais; alguns explícitos e outros implícitos, mas todos ancorados no princípio-síntese do Estado Constitucional e Democrático de Direito, que é o princípio da dignidade da pessoa humana. Além desses princípios, há outros que não menos importantes, informam e balizam a norma penal para o fim que se destina.

Da mesma forma há nos outros ramos do Direito princípios basilares, que alinhados à Constituição Federal, harmonizam o ordenamento jurídico nacional. Assim, serão feitas abordagens apenas aos princípios que estão intimamente ligados ou necessários para compreensão da problemática em estudo.

O princípio da unidade da constituição, conforme afirma Migliari Júnior (2002, p. 174),

ganha “relevo autônomo como princípio interpretativo quando com ele se quer significar que a constituição deve ser interpretada de forma a evitar contradições entre suas normas”.

Pelo princípio da unidade da constituição fica o intérprete obrigado a considerar a constituição na sua globalidade para orientação, guia de discussão e decisão, devendo harmonizar eventuais pontos de tensão. Este princípio está intimamente ligado a outro princípio de interpretação da constituição: o princípio da harmonização ou concordância prática.

O princípio da harmonização impõe a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de um em relação ao outro. Assim, por estes princípios os direitos de propriedade privada, de caráter fundamental deve estar em harmonia com o direito da coletividade ao meio ambiente: um não exclui e nem se sobrepõe ao outro.

Da mesma forma, o princípio da prevalência da constituição é, segundo Migliari Júnior (2002) fundamentalmente um princípio de controle, que tem a função de assegurar a constitucionalidade da interpretação. Assim, caso não se tenha um sentido inequívoco dentro dos vários significados da norma, deve-se dar preferência à interpretação que lhe dê um significado conforme a constituição, ou seja, a interpretação conforme a constituição só é legítima quando existe um espaço de decisão aberto a várias propostas interpretativas, em que parte delas não estejam em conformidade com a constituição.

Nesse sentido caso a interpretação da lei chegue a um resultado inequívoco e em contradição à constituição, impõe-se a rejeição por inconstitucionalidade dessa norma, proibindo-se a sua correção pelos tribunais.

Acresce mais ainda Migliari Júnior (2002, p. 178), ao afirmar que:

A interpretação das leis em conformidade com a constituição deve afastar-se quando, em lugar do resultado querido pelo legislador, se obtém uma regulação nova e distinta, em contradição com o sentido literal ou sentido objetivo claramente recognoscível da lei ou em manifesta dissintonia com os objetivos pretendidos pelo legislador.

Assim o resultado da interpretação da lei deve estar em conformidade com os objetivos delimitados pelo legislador e, ao mesmo tempo, em conformidade com a constituição.

Já o princípio da legalidade penal, como afirma Mirabete (2011) representa um das mais importante conquista de índole política, constituindo norma básica do Direito Penal moderno. Constante no art. 1º do Código Penal (Lei n. 2.848/1940), dispõe que não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.

De origem histórica, afirma Mirabete (2011) que o princípio da legalidade tem como causa próxima o Iluminismo que foi determinante para a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Afirma Mirabete (2011, p. 39) que no art. 8º daquela Declaração já dispunha que “ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada”.

Desta forma, pelo princípio da legalidade somente se pode punir alguém, se anteriormente ao fato exista uma lei que considera aquele fato como crime. Não importa se o fato seja imoral, danoso, antissocial; não haverá possibilidade de condená-la e puni-la penalmente.

Deste princípio deriva vários outros como o princípio da anterioridade da lei penal, proibição de leis retroativas para agravar a punibilidade, proibição do agravamento da punibilidade pela analogia, proibição de leis penais indeterminadas etc. que exercem função de garantia penal.

Já pelo princípio da insignificância somente haverá Direito Penal para fatos que a lei o tipifica, não havendo atuação criminal nos casos em que a Lei nada disser. Afirma Capez (2011) que esta é uma garantia de proteção política do cidadão, em face do poder punitivo do Estado.

O princípio da intervenção mínima, conforme afirma Capez (2011, p. 38) exige cautela do legislador no momento de eleger as condutas que merecerão punição criminal, devendo abster-se de incriminar qualquer comportamento, de forma que somente aqueles que “não puderem ser convenientemente contidos pela aplicação de outros ramos do direito deverão ser catalogados como crimes em modelos descritivos legais”.

Já ao operador do Direito, Capez (2011, p. 38) recomenda em não “proceder ao enquadramento típico, quando notar que aquela pendência pode ser satisfatoriamente resolvida com a atuação de outros ramos menos agressivos do ordenamento jurídico”.

Sua intervenção só deve operar quando fracassam as demais barreiras protetoras do bem jurídico predispostas por outros ramos do Direito. Pressupõe, portanto, que a intervenção repressiva no círculo jurídico dos cidadãos só tenham sentido como imperativo de necessidade, isto é, quando a pena se mostrar como único e último recurso para a proteção do bem jurídico, cedendo a ciência criminal a tutela imediata dos valores primordiais da convivência humana a outros campos do direito, e atuando somente em último caso (*ultima ratio*) (CAPEZ. 2011, p. 39).

Desta forma, para Capez (2011), o Direito Penal assume característica de subsidiariedade, atuando somente quando os demais ramos do Direito, os controles formais e sociais tenham perdido a eficácia e não sejam capazes de exercer essa tutela.

O princípio da intervenção mínima está intimamente ligado ao princípio da necessidade, em que informa que a incriminação de determinada situação só pode ocorrer quando a tipificação revelar-se necessária, idônea e adequada ao fim a que se destina, ou seja, á concreta e real proteção do bem jurídico.

Capez afirma que:

Quando a comprovada demonstração empírica revelar que o tipo não precisava tutelar aquele interesse, dado que outros campos do direito ou mesmo de outras ciências têm plena condições de fazê-lo com sucesso, ou ainda quando a descrição for inadequada, ou ainda quando o rigor for excessivo, sem trazer em contrapartida a eficácia pretendida, o dispositivo incriminador padecerá de insuperável vício de incompatibilidade vertical com os princípios constitucionais regentes do sistema penal (CAPEZ. 2011, p. 41).

Desta forma, balizada por esses princípios, o Direito Penal assume característica de subsidiariedade atuando somente quando os demais ramos do Direito e controles formais e sociais tenham perdido a eficácia e não sejam capazes de exercer essa tutela. A incriminação de determinados fatos somente deveria subsistir quando nenhum outro ramo do Direito pudesse tutelar o bem jurídico ameaçado e a tipificação penal revelar-se necessária e adequada.

Um dos argumentos utilizados para a irresponsabilidade penal da sociedade coletiva funda-se no princípio da responsabilidade pessoal. De acordo com Gomes (2004), não existe no Direito Penal brasileiro a responsabilidade coletiva, societária ou familiar. Este autor afirma que não há responsabilidade penal por fato de outrem, assim cada um responde pelo que fez, na medida de sua culpabilidade.

Fundamentado na Constituição Federal, no art. 5º, XLV, a pena não pode passar da pessoa do condenado, ou seja, ninguém pode ser punido no lugar de outra pessoa. Por este princípio há a extinção da punibilidade pela morte do agente, podendo, entretanto, a obrigação de reparar o dano e o decretação do perdimento de bens ser estendida aos sucessores do condenado e contra eles executadas até o limite do valor transferido.

São desdobramentos deste princípio, conforme afirma Cunha (2013) a obrigatoriedade da individualização da acusação e da pena. Pela obrigatoriedade de individualização da

acusação a denúncia deve imputar de forma específica a conduta tida como criminosa, ficando proibido a denúncia genérica, vaga ou evasiva.

E pela obrigatoriedade de individualização da pena, conforme dispõe o art. 5º, XLVI, da Constituição Federal, deverá o operador do direito atentar-se para a adequada cominação, aplicação e da execução da pena. A obrigatoriedade de individualização da pena garante que cada agente do fato delituoso recebe a pena que lhe é devida, por suas qualidades ou histórico, mesmo tenham praticados crimes idênticos.

Impende consignar, conforme leciona Gomes (2004), que não existe responsabilidade penal objetiva no Direito Penal brasileiro. Significa dizer que o agente que se envolveu num fato ofensivo a bens jurídicos só pode ser penalmente responsabilizado se agiu com dolo ou culpa.

Cunha (2013, p. 91) afirma que o princípio da responsabilidade subjetiva “ensina não bastar o que o fato seja materialmente causado pelo agente, ficando a responsabilidade (penal) condicionada à existência da voluntariedade, leia-se dolo ou culpa”.

Pelo princípio da culpabilidade é indispensável que a pena seja imposta ao agente por sua própria ação. Gomes (2004) afirma que só pode ser punido penalmente o autor do injusto penal que podia comportar-se de forma distinta. Nesse sentido, a exigibilidade de conduta diversa é a essência do princípio da culpabilidade, que constituir fundamento e limite da pena.

Nucci (2011, p. 90) afirma que pelo princípio da culpabilidade ninguém será punido penalmente, “se não houver agido com dolo ou culpa, dando mostras de que a responsabilização não será objetiva, mas subjetiva (*nullum crimen sine culpa*)”.

Gomes (2004) afirma que quem não tem capacidade de discernimento ou quem não podia comportar-se de forma distinta, não pode ser responsabilizado penalmente. O princípio da culpabilidade significa que não haverá pena sem culpabilidade e que está proibida a responsabilidade penal de quem não podia agir de modo diverso. Segundo Gomes, todas as causas de exclusão da culpabilidade afetam a possibilidade de agir de modo diverso.

Trata-se de postulado, conforme afirma Cunha (2013), limitador do direito de punir do Estado. A imposição de sanção somente é possível ao agente imputável (penalmente capaz), com potencial consciência da ilicitude, ou seja, ser o agente capaz de conhecer o caráter ilícito de seu comportamento e por fim, quando dele exigível conduta diversa.

Pelo princípio da insignificância a lei penal, conforme afirma Thomé (2015, 717) a lei penal não deve ser aplicada para punir as ações insignificantes ou sem potencial ofensivo. Trata-se de instrumento que leva à atipicidade material.

São requisitos para o reconhecimento da insignificância, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (BRASIL. STF, HC n. 106510, Relator Min. Joaquim Barbosa, Data do Julgamento: 22/03/2011, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe10/06/2011), a mínima ofensividade da conduta do agente, ausência de periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

O princípio da insignificância surge como instrumento de interpretação restritiva do tipo penal que, de acordo com a dogmática moderna, não deve ser considerado apenas em seu aspecto formal, de subsunção do fato à norma, mas, primordialmente, em seu conteúdo material, de cunho valorativo, no sentido de sua efetiva lesividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal, consagrando os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima (THOMÉ, 2015, p. 718)

Há, entretanto, divergência na doutrina e na jurisprudência quanto à aplicabilidade deste princípio aos crimes ambientais.

Segundo Thomé (2015, p. 717), para a primeira corrente que não admite a aplicação do princípio da insignificância, conforme se constata na jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais do país, pois “toda lesão, por menor que seja, é significativa por desequilibrar o meio ambiente e provocar o desencadeamento de uma série de outros danos ambientais”.

O princípio da insignificância para esta corrente não é aplicável em Direito Penal Ambiental por ser incompatível com o princípio preventivo e da precaução do direito ambiental, por ser o bem jurídico ambiental insuscetível de avaliação econômica e porque todo dano ambiental é relevante.

A segunda corrente, conforme afirma Thomé (2015, p. 718), admite a aplicabilidade do princípio da insignificância, e defende que “a lei ambiental não deve ser aplicada para punir as chamadas ações insignificantes”. Esta corrente de acordo com Thomé (2015, p. 718) defende que a tutela penal deve incidir nos “casos em que as agressões aos valores fundamentais da sociedade alcancem o ponto do intolerável ou sejam objeto de intensa reprovação do corpo social”.

O Supremo Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, conforme afirma Thomé (2015, p. 718), admitem e aplicam o princípio da insignificância em suas decisões ao

defenderem que a “a lei de regência não pode ser aplicada para punir insignificantes ações, sem potencial lesivo à área de proteção ambiental”.

3.2 DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL

Para finalizar a análise sobre os princípios constantes no ordenamento jurídico com ligação direta à problemática deste trabalho, serão feitas abordagens a alguns dos princípios do Direito Ambiental. Identificados com os fins e valores insculpidos na Constituição Federal, constituem em premissas maiores para o Direito Ambiental.

Nesse sentido, o princípio do direito à sadia qualidade de vida foi firmado, conforme Silva (2007), na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, na Declaração de Estocolmo em 1972, sendo incorporado no ordenamento jurídico pátrio, conforme se constata no caput, do art. 225, da Constituição Federal.

Machado, P.A.L. (2007, p. 56) afirma que ter saúde não significa ausência de doenças, mas, considera-se o estado dos elementos da natureza como o ar, a águas, o solo, a flora e fauna e as paisagens para se “aquilatar se esses elementos estão em estado de sanidade e de seu uso advenham saúde ou doenças e incômodos para os seres humanos”.

Para o princípio do acesso equitativo aos recursos naturais, os bens que integram o meio ambiente, afirma Machado, P.A.L. (2007), devem satisfazer as necessidades comuns de todos os habitantes da terra. Deve-se pensar, portanto, num meio ambiente como bem de uso comum do povo. Esse uso, entretanto, quando não for necessário ou razoável deve, conforme este autor, ser negado, mesmo que estes bens não sejam atualmente escassos.

Machado, P.A.L. (2007, p. 59) aponta que a equidade deve orientar a fruição ou o uso dos recursos naturais, ou seja, oportunidades iguais diante de casos iguais. Afirma que as formas de acesso aos bens ambientais podem ser:

Acesso visando ao consumo do bem (captação de água, caça, pesca), acesso causando poluição (acesso à água ou ao ar para lançamentos de poluentes; acesso ao ar para emissão de sons) e acesso para a contemplação de paisagem (MACHADO, P.A.L., 2007, p. 59).

Reconhece Machado, P.A.L. (2007, p. 59), que não é fácil de se encontrar um posicionamento equânime, de forma que se exige “considerações de ordem ética, científica e

econômica das gerações atuais e uma avaliação prospectiva das necessidades futuras”, que dificilmente serão possíveis de serem conhecidas ou medidas na atualidade.

O termo precaução, que também nomina um princípio do Direito Ambiental, caracteriza-se pela ação antecipada diante do risco ou do perigo. Precaução é cautela antecipada.

De acordo com Machado, P.A.L. (2007, p 63), “prevenir a degradação do meio ambiente no plano nacional e internacional é concepção que passou a ser aceita no mundo jurídico especialmente nas últimas três décadas”. Nesse sentido, o autor aponta que houve inovações no tratamento jurídico dessas questões em que procurou-se interligá-las e sistematizá-las, evitando-se antagonismo de leis, decretos e portarias.

No Brasil, a Lei n. 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente):

Inseriu como objetivos dessa política pública a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos ambientais, com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente (MACHADO, P.A.L., 2007, p. 64)

A avaliação de impactos ambientais, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, o licenciamento entre outros, constituem importantes instrumentos da política ambiental, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei n. 6.938/81.

O princípio da precaução, constante desde os anos de 1970 no Direito alemão, tem se evidenciado nas conferências mundiais sobre o Meio Ambiente. Na Declaração do Rio de Janeiro de 1992, o princípio 15 aponta que:

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (MACHADO, P.A.L., 2007, p. 65).

Quando se trata de precaução, os saberes, as certezas científicas são questionadas; prevalece-se a interrogação. A precaução, segundo Machado, P.A.L. (2007), visa gerir a espera de informação. Por este princípio nós somos responsáveis não somente sobre o que nós sabemos, mas sobre o que nós deveríamos ter sabido e sobre o que de nós deveríamos duvidar.

A precaução implica a inversão do ônus da prova em proveito do meio ambiente. A consequência é, segundo Machado, P.A.L. (2007, p. 79), que impõe ao autor potencial provar com anterioridade, que a ação não causará danos ao meio ambiente. Assim os autores potencial “devem necessariamente implementar as medidas de proteção do meio ambiente, salvo se trouxerem a prova de que os limites do risco e da incerteza não foram ultrapassados”.

O princípio da precaução está disposto no art. 54, § 3º, da Lei n. 9.605/98. A obrigação de prevenir e evitar o dano ambiental tornou-se incontestável. Desta forma, afirma Machado, P.A.L. (2007, p. 65), o “princípio da precaução visa a durabilidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas e à continuidade da natureza existente no planeta”.

Já o princípio da prevenção, conforme afirma Machado, P.A.L. (2007), sugere agir antecipadamente. A prevenção exige conhecimento do que prevenir, assim, é necessário informação organizada e pesquisa. A aplicação da prevenção decorre da constatação que há evidência de que um dano ambiental ocorreria. Deve-se ter iniciativa de forma repressiva na controle, conservação e fiscalização do meio ambiente.

As convenções mundiais sobre o meio ambiente aponta, segundo Machado, P.A.L. (2007, p. 83), para a:

Necessidade de prever, prevenir e evitar na origem as transformações prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Todos esses comportamentos dependem de uma atitude do ser humano de estar atento ao seu meio ambiente e não agir sem prévia avaliação da consequência.

Machado, P.A.L. (2007) afirma que os meios a serem utilizados por um país na prevenção de danos ambientais ou transformações prejudiciais ao meio ambiente podem variar de acordo com seu desenvolvimento tecnológico, e caso ocorra o evento danoso, a reparação é medida que se impõe.

O princípio da reparação, conforme afirma Machado P.A.L (2007, p. 85) figurou na Declaração do Rio/92 como princípio número 13. Estabeleceu que “os Estados deverão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas da poluição e outros danos ambientais”.

De acordo com a Declaração do Rio/92, a reparação dos danos alcançaria somente as vítimas do dano, entretanto, há no Direito Ambiental Internacional forte tendência para evolução no sentido de reparação do ambiente danificado.

Em tempo anterior a Declaração do Rio/92, o Brasil por meio da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81) já adotara a responsabilidade objetiva ambiental, com reparação dos danos, tanto às vítimas do fato como ao meio ambiente poluído, conforme art. 14, § 1º: o poluidor é “obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”.

A obrigação de reparação do dano também foi albergada na Constituição Federal em seu art. 225, § 3º, em que prevê também a aplicação de sanções penais e administrativas aos agentes da conduta delituosa.

Silva (2007, p. 318) afirma que a indenização é um dos modos mais comum de composição dos prejuízos por danos ambientais, entretanto, essa forma de reparação nem sempre é satisfatória, exigindo “recomposição ou reconstituição, tanto quanto possível, da situação anterior”.

Já o princípio da universalidade pode ser observado através de uma leitura atenta do art. 225 da Constituição Federal, em que dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Silva (2007) afirma que esse direito insculpido no caput, do art. 225, da Constituição constitui norma-matriz: todos ter direito ao meio ambiente equilibrado.

A universalidade disposta neste artigo refere além do uso, o dever universal de proteção. Tanto o Poder Público como toda a coletividade deve protegê-lo e preservá-lo, para o uso das gerações presente e futura. Por fim, a universalidade pode ser observada na diversidade de elementos tutelados pela norma, como a água, solo, flora, fauna, ar, etc.

Fiorillo (2011) afirma que a terminologia do princípio do desenvolvimento sustentável surgiu na Conferência de Estocolmo em 1972, sendo repetida nas conferências que seguiram, constituindo base para diversos princípios norteadores da política ambiental entre os países.

Assim como o princípio da universalidade, o princípio do desenvolvimento sustentável encontra-se disposto também no art. 225, da Constituição Federal, ao dispor que todos tem o dever de defender e preservar o meio ambiente equilibrado para a geração presente e futura.

Os recursos ambientais, conforme afirma Fiorillo (2011, p. 82), não são inesgotáveis, sendo, portanto, inadmissíveis quaisquer atividade econômica alheia a este fato. “Busca-se com isso a coexistência harmônica entre economia e meio ambiente”.

Dessa forma, o princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição (FIORILLO, 2011, p. 83)

O Estado passa a ter controle mais ativo na defesa do meio ambiente. Os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e a propriedade privada dispostos na Constituição Federal, devem estar em harmonia com a defesa e preservação do meio ambiente, para que seu uso também seja possível às futuras gerações. Dessa forma, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social devem ser convergentes, com observância dos limites da sustentabilidade, de forma que a implementação de um não acarrete a anulação do outro.

Este princípio não visa impedir o desenvolvimento econômico e social no país, mas como dispõe o art. 5º, XXIII e art. 170, ambos da Constituição Federal, garantir a todos o direito ao meio ambiente equilibrado. Assim, deve a atividade econômica lançar mão de instrumentos e técnicas que provoque a menor degradação possível e garanta o atendimento às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

A propriedade concebida como direito fundamental, conforme afirma Milaré (2005), não é direito erigido à suprema condição de ilimitado e inatingível, sendo seu uso condicionado ao bem-estar social. Nesse sentido, o Código Civil (Lei n. 10.406/2002), em seu art. 1228, § 1º, estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais.

O princípio da função social da propriedade já estabelece limites para a fruição deste direito. A propriedade deve ser em benefício do proprietário, mas respeitando os fins éticos, sociais e econômicos da comunidade em que está inserido. Milaré (2005, p. 168) afirma que a propriedade privada, “se socializou, com isso significando que deve oferecer à coletividade uma maior utilidade, dentro da concepção de que o social orienta o individual”. Indo além, afirma que:

A função social ambiental não constitui um simples limite ao exercício de direito de propriedade, como a aquela restrição tradicional, por meio da qual se permite ao proprietário, no exercício de seu direito, fazer tudo que não prejudique a coletividade e ao meio ambiente. Diversamente, a função social e ambiental vai mais longe e autoriza até que se imponha ao proprietário comportamentos positivos, no exercício de seu direito, para que a sua propriedade concretamente se adeque à preservação do meio ambiente (MIRRA, *apud*, MILARÉ, 2005, P. 169).

Desta forma, o uso da propriedade pode e deve ser controlado, cabendo ao Estado e à coletividade a utilização de meios e instrumentos necessários para a salvaguarda do meio ambiente, de modo a conjurar qualquer ameaça ou lesão à qualidade de vida.

Por meio do princípio da função socioambiental da propriedade tem-se defendido a possibilidade de imposição ao proprietário, do dever de recuperação ou recomposição de áreas de vegetação, quer em reserva legal ou em área de preservação permanente, independentemente de ser o proprietário o responsável pelo desmatamento ou degradação da vegetação. Milaré (2005) afirma que a obrigação de recomposição da vegetação possui caráter real, ou seja, é uma obrigação que se prende ao titular do direito real de propriedade.

4 DA TEORIA GERAL DO CRIME - CULPABILIDADE

O Direito Penal, de acordo com Gomes (2004), tem como missão a proteção dos bens jurídicos mais relevantes, a contenção, redução ou limitação da violência estatal no exercício do *ius puniendi*. Da mesma forma, a prevenção da vingança privada evitando que a vítima assuma, por si só, a tarefa de castigar o infrator, e, por fim, servir como conjunto de garantias para todos os envolvidos no conflito e no processo penal.

Já as funções do Direito Penal refere-se a seu papel efetivo na sociedade. Gomes (2004) afirma que o mais legítimo papel que o Direito Penal desempenha ou deveria desempenhar é o de servir de instrumento para a tutela fragmentária e subsidiária dos bens jurídicos mais relevantes e mesmo assim, contra os ataques mais intoleráveis.

Além dessa função, conforme Gomes (2004), pode-se destacar as funções promocional e simbólica. A função promocional busca promover na sociedade o convencimento de sua relevância para a tutela de determinados bens e a função simbólica acalmando a ira da população em momentos de alta demanda por penas mais duras e mais cadeias. Entretanto, o aumento nominal de penas, o agravamento da execução etc. não resolvem o problema da criminalidade constante.

Já para Capez (2011, 19), o Direito Penal é o ramo do Direito “que detém a função de selecionar os comportamentos humanos mais graves e perniciosos à coletividade, capazes de colocar em risco valores fundamentais para a convivência social”. Da mesma forma, tem a função de descrever esses comportamentos como infrações penais, cominando-lhes as respectivas sanções e estabelecer todas as regras complementares e gerais necessárias à sua correta e justa aplicação.

Para Capez (2011, p. 19), deve o Direito Penal “proteger os valores fundamentais para a subsistência do corpo social, tais como a vida, a saúde, a liberdade, a propriedade etc., denominados bens jurídicos”. De acordo com este autor, essa proteção é exercida tanto pela intimidação coletiva (conhecida como prevenção geral) e mediante a difusão do temor aos possíveis infratores, do risco da sanção penal. Além dessas formas, busca-se a proteção dos bens jurídicos pela celebração de compromissos éticos entre o Estado e o indivíduo objetivando o respeito às normas mais pela convicção de sua necessidade e justiça e menos pelo receio de punição.

Entretanto, de acordo com Capez (2011), a morosidade, ineficiência e a omissão do Estado afeta negativamente a crença da sociedade na justiça, servindo-lhe de incentivo para o desrespeito aos valores tutelados pelo Direito. Nesse ponto, não adianta o recrudescimento e a draconização de leis penais pois o próprio Estado demonstrou pouca ou nenhuma vontade no acatamento a esses valores ou deveres.

Nessa linha de raciocínio necessário se faz a abordagem sobre o conceito de crime, pois, há na doutrina divergência a esse respeito. Nucci (2011, p. 172) afirma que crime é um conceito artificial, ou seja, ele é criado pela sociedade em função de seus interesses próprios. Nesse ponto, crime é o “qualificativo que reserva às condutas ilícitas mais gravosas e merecedoras de maior rigor punitivo”.

A conceituação de crime pode se dar sob os aspectos material e formal ou analítico. Sob o aspecto material, Capez (2011, p. 134) afirma que crime pode ser definido como todo “fato humano que, propositada ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bens jurídicos considerados fundamentais para a existência da coletividade e da paz social”. Sob o aspecto formal, crime é a conduta proibida por lei, sob a ameaça de pena. Crime resulta, como afirma Capez, da “mera subsunção da conduta ao tipo legal e, portanto, considera-se infração penal tudo aquilo que o legislador descreve como tal, pouco importando o seu conteúdo”.

Segundo Capez (2011, 134), a conceituação sob o aspecto analítico é a que busca estabelecer os elementos estruturais do crime, cuja “finalidade deste enfoque é propiciar a correta e mais justa decisão sobre a infração penal e seu autor, fazendo com que o julgador ou intérprete desenvolva o seu raciocínio em etapas”.

Greco (2011) afirma que o crime é insuscetível de fragmentação, entretanto, faz-se necessária a análise de cada uma de suas características ou elementos fundamentais. Para parte da doutrina [como Damásio de Jesus (2010), Julio Fabrini Mirabete (2011), Capez (2011)], os elementos do crime são fato típico e antijurídico. Para outros, sendo corrente majoritária, [composta por Guilherme de Souza Nucci (2011), Luiz Regis Prado (2011), Rogério Greco (2011)], os elementos do crime são o fato típico, antijurídico e culpável. Há outras concepções doutrinárias sobre os elementos que constituem o crime com menos aceitação e, por isso, não serão aqui abordadas.

Para a corrente bipartida a culpabilidade não integra o conceito do crime. Conforme afirma Capez (2011), a “culpabilidade em termos coloquiais, ocorre quando o Estado aponta o dedo para o infrator e lhe diz: você é o culpado e vai pagar pelo crime que cometeu!”. A culpabilidade assim é apenas uma censura exercida sobre o agente do delito.

A concepção bipartida tem origem na teoria finalista que concebe a conduta como comportamento humano voluntário psiquicamente dirigido a um fim, conforme assinala Cunha (2013). Para a teoria finalista a ação é um ato de vontade orientada para um querer.

Capez (2011, p. 135) afirma que a culpabilidade “não pode ser um elemento externo de valoração exercido sobre o autor do crime e, ao mesmo tempo, estar dentro dele. Não existe crime culpado, mas autor de crime culpado”. Este autor (2011) afirma mais que ao aplicar medida de segurança a um indivíduo é necessário dois pressupostos: primeiro a ausência de culpabilidade (inimputabilidade) e o segundo a prática de um crime. Desta forma pode haver crime sem culpabilidade.

Cunha (2013) afirma que o Código Penal Brasileiro (Lei n. 2.848/1940) adotou a teoria finalista da ação. Nesse sentido, afirma Capez que da análise dos artigos 1º e 23 do Código Penal, abstrai-se que o fato típico e ilícito são os elementos do crime. Já quando se fala no art. 26, em ausência de culpabilidade, apenas em isenção da pena e não em fato atípico.

De outro norte, a concepção tripartida do crime, que segundo Nucci (2011) é a corrente majoritária na doutrina brasileira, refuta as bases da corrente bipartida que retira a culpabilidade

dos elementos do crime. Defende a corrente tripartida que não se pode acolher a concepção bipartida, por referir-se ao delito apenas como fato típico e antijurídico, simplificando em demasia a culpabilidade colocando-a apenas como mero pressuposto da pena.

Argumenta Nucci (2011) que, haveria de considerar criminoso o menor de 18 anos que praticou a conduta descrita como crime, ou aquele que sob coação moral irresistível fez o mesmo. Assim afirma Nucci (2011, p. 175) que:

Se não se pode reprovar a conduta desses agentes, porque ausente a culpabilidade (seja por inimizabilidade, seja por falta de consciência potencial de ilicitude, seja ainda por ausência de exigibilidade de conduta conforme o Direito), é incabível dizer que são criminosos, mas deixam apenas de receber pena. Se não há reprovação – censura – ao que fizeram não há crime, mas somente um injusto, que pode ou não dar margem a uma sanção.

Nesse ponto, Nucci (2011) entende que a concepção bipartida do crime desmonta a lógica e a ideia jurídico-penal de delito, além de trazer sérios riscos ao direito penal, porque todos os elementos que constituem pressuposto da intervenção estatal na esfera da liberdade são diminuídos de modo a conferir-se destaque à categoria da culpa, como único pressuposto da intervenção.

Machado, F.G.P. (2010, p. 213) afirma que “não há sequer um acordo mínimo acerca do que é a culpabilidade e para que serve, em que pese a disposição legal”. Nesse sentido, ao constatar a diversidade de entendimento sobre a culpabilidade, assevera Machado que para alguns:

A culpabilidade é o fundamento e o limite da pena, ou que a culpabilidade é apenas o seu fundamento; outros afirmam que a culpabilidade é apenas o limite da intervenção estatal; outros, por sua vez, consideram que a culpabilidade não serve como fundamento nem como limite da pena, sustentando seu banimento da teoria do delito, em troca propugnando pela constituição de um modelo formulado sob as bases da proporção e das necessidades preventiva geral e especial. (MACHADO, F.G.P., p. 2010, p. 214)

Segundo a análise de Machado, F.G.P. (2010, p. 77), para a teoria finalista da ação são elementos da culpabilidade a imputabilidade, a consciência do caráter ilícito ou antijurídico de sua conduta e as causas de inexigibilidade de conduta diversa, “constituindo-se estas como elemento negativo que se dá em momentos sem que o sujeito está acometido de pressões extraordinárias e, por isso, o juiz não o reprova”.

Diante dessa diversidade de concepções, Machado, F.G.P. (2010) aponta que o futuro da culpabilidade dependerá do futuro do exercício do poder punitivo e da capacidade do Direito

Penal em reconstruir-se como discurso. Sua construção ou reconstrução, deve ser pautada a partir da realidade social, econômica e cultural brasileira, sendo indispensável que se faça a partir da disposição da Constituição Federal.

Machado, F.G.P. (2010) defende que a construção de um sistema penal brasileiro deve resultar da combinação de ideias ou teorias, combinados com os princípios e teorias extraídas da Constituição Federal, que é a máxima expressão normativa constituindo o norte para todo o ordenamento jurídico. Desta forma, sobrevivendo da base constitucional, o Direito Penal apresenta-se como Direito Penal preventivo, em que a intervenção penal do Estado não se legitima apenas pela culpabilidade, mas também pelas necessidades preventiva de pena.

Constata-se, conforme aponta Machado, F.G.P. (2010), que elemento sempre presente nas formulações da culpabilidade é o da capacidade do sujeito. Pela legislação nacional, o indivíduo adulto, com idade igual ou superior a dezoito anos, portador de desenvolvimento biológico e normalidade psíquica é capaz de culpabilidade por reunir condições para entender a natureza proibida de sua ação. Desta forma, fica evidente que as categorias do delito foram elaboradas a partir do indivíduo e de suas capacidades pessoais, reunindo uma série de elementos psicológicos.

Tradicionalmente, conforme leciona Machado, F.G.P. (2010) defende-se que para a capacidade de ação necessita de capacidade psicológica, ou seja, que tenha vontade, que é requisito para delinquir. De acordo com Machado, F.G.P. (2010), para esta concepção a pessoa jurídica não possui vontade e não tem condição de praticar ação, sendo, portanto, contrária à responsabilização penal da pessoa jurídica.

Continua Machado, F.G.P. (2010, p. 269), analisando a responsabilização penal da pessoa jurídica sob a ótica da concepção tradicional do Direito que a culpabilidade está orientada apenas ao homem: apenas o homem tem a vontade, que é o objeto de reprovação pela culpabilidade. É a vontade que permitiu ao agente do delito conduzir seu comportamento em desacordo com o Direito. Nesse sentido, para a concepção tradicional do Direito a pena não está orientada para a pessoa jurídica. A punição penal, por essência, está orientada somente ao homem, vez que há “uma reprovação ético-social, com um conteúdo de tratamento do delinquente, o que obviamente implicaria a impossibilidade de sua aplicação” à pessoa jurídica.

Machado afirma que embora essa concepção:

Concorde com o fato que sobre a pessoa jurídica são depositadas expectativas normativas, tais como o de ela cumprirá o seu contrato, ou que não vai realizar contratos fraudulentos, ou de não vai poluir o meio ambiente, porém ela não pode descumprir ou desautorizar uma norma, pois esta é afeta à pessoa natural. É a pessoa física que possui consciência, e não há de se confundir a sua identidade com a da pessoa jurídica. Isto é, só o autor, pessoa física toma posição frente à norma em razão de seu ato ter significado comunicativo (MACHADO, F.G.P., 2010, p. 270).

Desta forma, para a concepção tradicional do Direito apenas e unicamente a pessoa natural, com consciência própria é competente no plano comunicativo para comportar-se de forma culpável e ser punida.

Assim, para esta concepção a responsabilização penal da pessoa jurídica carece de legitimidade por ser contrária aos postulados básicos do Direito Penal, afrontando os princípios da culpabilidade e da personalidade das penas.

5 A [I]LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO EM PROCESSO PENAL

Prado (2013) ao analisar a tutela do meio ambiente no Direito Comparado, afirma que foram as constituições mais modernas que passaram a dar tratamento mais adequado ao meio ambiente. Nesse sentido constatou que as leis e constituições que surgiram a partir dos anos de 1970 nos países da Europa e da América Latina acabaram por influenciar o legislador pátrio para este mister.

O legislador brasileiro ao elaborar o texto constitucional de 1988 que tutela o meio ambiente, buscou, conforme afirma Prado (2013), inspiração principalmente nas Constituições da Grécia (de 1975), de Portugal (de 1976) e na Constituição da Espanha (de 1978).

A Constituição da Grécia, segundo Prado (2013), dispunha que o Estado está obrigado a adotar medidas especiais, preventivas e repressivas, com vistas à preservação do meio ambiente, estabelecendo que a lei regulará as modalidades de proteção. No mesmo sentido a Constituição Portuguesa estabelece que incumbe ao Estado e a população, prevenir e controlar a poluição, ordenar espaços, criar e desenvolver reservas, promover o aproveitamento racional dos recursos naturais etc. Já a Constituição da Espanha prescreve que todos tem direito de

desfrutar de um meio ambiente adequado ao desenvolvimento da pessoa, assim como o dever de o conservar.

Essas constituições e leis aprovadas a partir dos anos de 1970, refletem o momento de forte preocupação e consciência ecológico dos povos europeus e americanos. Desta forma, afirma Prado (2013) que a intenção do legislador brasileiro ao promulgar a Constituição de 1988, foi dar uma resposta ampla à grave e complexa questão ambiental.

5.1 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA

A pessoa jurídica tem sido instrumento de produção de bens e riquezas, constituindo-se instrumento essencial para a efetivação do inciso II e III do art. 3º da CF/88; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, atuando com recursos financeiros e tecnológicos próprios ou em parceria com o Poder Público.

Entretanto, não raro, em decorrência da atividade da pessoa jurídica se observa graves ofensas ao meio ambiente, que, segundo o artigo 225, da CF/88, constitui bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida. Para Machado, F.G.P. (2010, p. 265), na atualidade a empresa por si só “constitui-se como umas das principais fontes de risco para os bens jurídicos fundamentais do homem, como a vida, a saúde, e o meio-ambiente”. Esta afirmação parte da concepção de que estas empresas são aquelas que exploram atividades lícitas desde objetivos e fins lícitos.

De acordo com Migliari Júnior (2002), como forma de prevenção (ou punição), países da Europa como o Reino Unido, a França e os Estados Unidos, Espanha etc., vem admitindo-se a responsabilização penal da pessoa jurídica pela prática de crimes ambientais, com a consequente aplicação de sanções dessa mesma natureza.

Em tempos pretéritos, em face da ausência de previsão legal no ordenamento jurídico pátrio para a responsabilização penal da pessoa jurídica [essa previsão é introduzida no ordenamento jurídico do país com a Constituição Federal de 1988], os abusos contra o meio ambiente não eram reprimidos ou prevenidos. Era imperioso que diante dos avanços, tanto na Europa como na América, da proteção estatal ao meio ambiente, medidas de caráter preventivo

e repressivo fossem adotados no Brasil, capazes de proteger a sanidade do ambiente. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 e a Lei n. 9605/98, tem estabelecido sanções civis, administrativa e penal aos agentes de delitos ambientais.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece no art. 225, § 3º, que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

O meio ambiente, desta forma, recebe proteção constitucional pela primeira vez no país. Impende ressaltar que a Constituição Federal não somente garantiu o direito ao meio ambiente, mas assegurou que todos tem direito a esse bem em seu estado de equilíbrio.

Em conformidade com os valores constitucionais, a Lei 9.605/98, estabelece em seu art. 2º, que:

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Já no art. 3º, em conformidade com o dispositivo constitucional, dispõe expressamente que o ente coletivo serão responsabilizados administrativa, civil e penalmente, “nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.”

Para as pessoas naturais a cominação destas sanções são totalmente aceitáveis pela doutrina e pela jurisprudência, não tendo quem insurja à sua aplicação. Da mesma forma, não há quem defenda impossibilidade aplicação de sanções civis e administrativas ao ente moral que incorrer em conduta tipificada como crime ambiental.

O problema se evidencia quanto se trata da aplicação de sanções penais à pessoa jurídica: tanto a doutrina como a jurisprudência ao interpretar os dispositivos constitucional e legal, amparadas em teorias tradicionais ou modernas, defendem argumentos que isentam, condicionam ou possibilita a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Para Prado (2013) o dispositivo constitucional prevê explicitamente a cominação de sanções penais e administrativas, tanto para a pessoa natural como às pessoas jurídicas. Nesse sentido, afirma que o citado artigo da Constituição:

Não se limita simplesmente a fazer uma declaração formal de tutela ao meio ambiente, mas, na esteira da melhor doutrina e legislações internacionais, estabelece a imposição de medidas coercitivas aos transgressores do mandamento constitucional. Assinala-se a necessidade de proteção jurídico-penal, com a obrigação ou mandato expreso de criminalização (PRADO, 2013, p. 79).

Segundo Prado (2013), a proteção penal do meio ambiente estabelecida no parágrafo 3º, do art. 225, da Constituição Federal tem origem imediata no parágrafo 3º, do art. 45, da Constituição Espanhola. Para Prado, o dispositivo afastou qualquer eventual dúvida quanto à indispensabilidade de uma proteção penal ao ambiente.

Neste sentido, Migliari Júnior (2002) afirma que não há dúvida acerca do comando legal e constitucional para a reponsabilidade penal da pessoa jurídica.

Portanto, temos agora a previsão constitucional a norma legal. Impossível, assim, cogitar de eventual inconstitucionalidade, como ofensa a outros princípios previstos explícita ou implicitamente na Carta Magna. Se a própria Constituição admite expressamente a sanção penal à pessoa jurídica, é inviável interpretar a lei como inconstitucional, porque ofenderia outra norma que não é específica sobre o assunto (MIGLIARI JÚNIOR, 2002, p. 148).

Da mesma forma, Thomé (2015) é categórico em afirmar que o dispositivo constitucional exige que as condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente sejam punidas em âmbito civil, administrativo e também no âmbito penal. Afirma que na Constituição há um mandado expreso de criminalização das condutas lesivas ao meio ambiente, com a imposição de medidas coercitivas aos transgressores do mandamento. Defende, portanto, que a Constituição estabeleceu expressamente a possibilidade de a pessoa jurídica ser ré em processo criminal, dirimindo quaisquer dúvida a esse respeito.

Ao analisar o art. 2º da Lei n. 9.605/98, Thomé (2015) afirma que há delitos que poderão ser cometidos apenas por pessoas naturais, como os próprios, que somente o funcionário público pode praticá-lo. Outros, portanto, poderão ser cometidos pelo ente moral.

Seguindo em seu raciocínio, Thomé (2015, p. 698) afirma que é possível haver concurso de pessoas em crimes ambientais. A responsabilização penal exige, necessariamente, a “comprovação do elemento subjetivo da conduta – dolo ou culpa – do agente”. Assim, de acordo com a Lei Ambiental:

Todos os agentes respondem pelo mesmo crime, na medida de sua culpabilidade. Assim, todos responderão pelo mesmo crime, mas não sofrerão necessariamente a mesma pena, que é individualizada de acordo com a culpabilidade de cada um dos agentes (THOMÉ, 2015, p. 698).

Leite e Bello Filho (2004, p. 149) aponta que a corrente majoritária na doutrina brasileira é assente em afirmar, que a Constituição “introduziu no ordenamento o princípio da responsabilidade penal da pessoa jurídica, rompendo com o brocardo *societas delinquere no potest*”.

Afirma Leite e Bello Filho (2004, p. 150) que os constitucionalistas José Afonso da Silva, Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins reconhecem o avanço do texto normativo e comungam com a fixação de responsabilidade penal à pessoa jurídica quando houver agressão à ordem econômica ou ao meio ambiente. Nesse sentido, relaciona diversos autores que defendem que “não há dúvida de que a Constituição estabeleceu a responsabilidade penal da pessoa jurídica”.

Fiorillo (2011, p. 145,) ao analisar o dispositivo constitucional afirma que:

A penalização da pessoa jurídica foi um dos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988. Avanço na medida em que se constatava que as grandes degradações ambientais não ocorriam por conta de atividades singulares, desenvolvidas por pessoas físicas. Elas apresentavam-se de forma corporativa.

Já em relação a Lei n. 9.605/98, Fiorillo (2011, p. 736) afirma que:

Além de apontar a possibilidade de aplicação de sanções penais para as pessoas físicas, prática tradicional do Direito Penal, bem como indicar diversas modalidades de culpa em matéria ambiental (art. 2º), projetou importante hipótese no sentido de responsabilizar penalmente as pessoas jurídicas (art. 3º), sejam elas de direito público ou privado, inclusive com a aplicação do instituto da desconsideração da pessoa jurídica (art. 4º).

Na análise dos dispositivos constitucional e legal feita por Machado, P.A.L. (2007, p. 700), conservar só a responsabilidade penal da “pessoa física frente aos crimes ambientais é aceitar a imprestabilidade ou inutilidade do Direito Penal para colaborar na melhoria e recuperação do meio ambiente”. Todavia, entende Machado, P.A.L. (2007), que os aspectos subjetivos de vontade criminosa e culpabilidade foram construídos à pessoa física, sendo necessário fazer adaptação dessas noções “para se poder trabalhar a imputabilidade da pessoa jurídica com o instrumental teórico sugerido pela Dogmática tradicional.

Para Estefam (2010, p. 78) diante do ordenamento jurídico nacional, “não há como negar a possibilidade da responsabilidade penal da pessoa jurídica, à luz dos arts. 173, § 5º, e 225, § 3º, CF e, sobretudo, depois da Lei n. 9.605/98”.

Reconhece porém Estefam (2010, p. 78), que a corrente doutrinária que não admitem a responsabilização penal da pessoa jurídica lançam mão de diversos argumentos como a “falta de capacidade natural de ação, a carência de culpabilidade e a falta de indicação clara dos tipos penais em que poderia a pessoa jurídica incorrer”, sendo mais adequada a aplicação somente de sanções civil e administrativa.

Antunes (2005, p. 753) ao abordar a responsabilidade penal da pessoa jurídica, expôs que certamente é o “tema mais polêmico que foi introduzido pela Lei n. 9605/98 em nosso ordenamento jurídico”. Entende que a questão principal que se coloca é “aquela que diz respeito que deve ser adotado para a definição de punições compatíveis com a sua natureza”

Nesse sentido questiona: qual deve se a pena então? De natureza administrativa ou incluir também as de natureza penal? Antunes (2005, p. 753) afirma que para aqueles que sustentam que o “sistema penal brasileiro está fundado no princípio da subjetividade do agente e na pessoalidade das penas”, não se poderia admitir a responsabilidade penal do ente moral.

Segundo os defensores desta corrente doutrinária, a aplicação de penas a uma sociedade anônima violaria o princípio da pessoalidade da pena.

Não se desconhece que a condenação criminal de uma sociedade anônima, provavelmente terá reflexo na cotação de suas ações em bolsa, acarretando penas econômicas – desvalorização de capital – para simples titulares de ações preferenciais (sem direito a voto), ou qualquer poder de decisão sobre as atividades da empresa. Igualmente a pena produzirá reflexos junto ao quadro de empregados que serão estigmatizados como funcionários de uma empresa condenada (ANTUNES, 2005, p. 753).

Estes são apenas alguns dos argumentos que passam a incorporar o discurso daqueles que defendem a aplicação de sanções administrativas à pessoa jurídica: Antunes (2005, p. 753) faz parte deste grupo. Desta forma afirma que “parece-me que a responsabilização penal pessoal dos dirigentes que se tenham valido da empresa para a prática de crimes é a melhor solução”.

Antunes expõe que a responsabilização penal de pessoa jurídica não é tradição no Direito Penal brasileiro e que para adota-la, demandaria mudanças jurídicas de ampla

profundidade que ultrapassariam a simples elaboração de uma lei. Nesse sentido, afirma que que:

A lei brasileira avançou em direção à responsabilidade das pessoas jurídicas de forma completamente aleatória e despropositada. Assim é que, qual uma metralhadora giratória, criou uma cadeia de responsáveis que, na prática, apenas servem para estimular jogos de empurra e para intimidar administradores e profissionais, sem qualquer consequência prática benéfica para o meio ambiente” (ANTUNES, 2005, p. 755).

Afirma Antunes (2005, p. 756) que a “criminalização da conduta de empresas, se admissível em nosso sistema jurídico, deve servir para as finalidades últimas da proteção ao meio ambiente”. Defende que não interessa ao legislador fechar uma empresa ou reprimir um delito; o que realmente interessa é evitar danos e crimes ao meio ambiente.

Por fim, defende Antunes (2005, p. 756) que mais adequado em termos do “sistema jurídico adotado pelo nosso país, sem dúvida, é o estabelecimento de responsabilidades administrativas mais estritas e definidas para os empreendedores”.

Migliari Júnior (2002) aponta Bevilacqua ao abordar a corrente doutrinária brasileira contrária à responsabilização penal da pessoa jurídica. Migliari Júnior afirma que quando Bevilacqua analisou o tema foi firme ao expor “parece-me inadmissível esta opinião. Um abuso criminoso da administração de uma pessoa jurídica não lhe pode ser imputado” (BEVILÁQUA, *apud*, MIGLIARI JÚNIOR, 2002, p. 87).

De acordo com Bevilacqua (*apud* MIGLIARI JÚNIOR, 2002, p. 87) a pessoa jurídica não pode delinquir. Praticar um:

Crime pressupõe intenção de praticar o mal, intenção que não lhe pode ser atribuída em boa razão, porque ao criminoso faltam sentimentos de probidade e de justiça, o que não é lícito afirmar nem negar das pessoas jurídicas.

Nesse sentido, entende que a responsabilidade civil se justifica em face da obrigação de reparação do dano ocorrido, entretanto, a responsabilidade penal pressupõe uma atividade criminosa determinada por uma vontade antissocial, que não pode encontrar na pessoa jurídica.

A tentativa de atribuir a capacidade penal às pessoas jurídicas é mais um projeto de desestabilização do sistema penal positivo na medida em que estimula a impunidade quando a investigação deixar para segundo plano a identificação dos prepostos da pessoa coletiva. Trata-se de uma autêntica lavagem da responsabilidade criminal. A exemplo do que ocorre com a florescente indústria da lavagem de dinheiro, é possível a criação de uma série infinita de pessoas fictícias para obter a transferência do nexo de responsabilidade pessoal resultante do elemento subjetivo da pessoa natural

dirigente para esses novos paraísos penais. (DOTTI, *apud*, MIGLIARI JÚNIOR, 2002, p. 88).

Responsabilizar penalmente o ente moral sem o fazer em relação à pessoa natural é possibilitar criação de paraísos penais, em que indivíduos, sob o escudo da pessoa jurídica tem a garantia que seus crimes ficarão impunes.

Dotti (1990, p. 138) ao interpretar o dispositivo constitucional afirma que o texto deve ser compreendido:

“Como a possibilidade tanto da pessoa natural como da pessoa jurídica de responderem civil e administrativamente. Porém a responsabilidade penal continua sendo de natureza e caráter estritamente pessoais”.

Para Dotti (1990, p. 139), embora seja possível a aplicação de penas como perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos, a “Constituição veda a prática de se levar a pessoa jurídica para o banco dos réus criminais”. É firme em dizer que responsabilizar penalmente a pessoa jurídica implica em subverter toda a teoria da aplicação da lei penal, a teoria do delito, os princípios e a teoria da pena.

De acordo com Migliari Júnior (2002), os opositores à responsabilidade penal da pessoa jurídica afirmam que toda infração criminal tem sempre origem na vontade inteligente e livre, portanto, humana.

Por conseguinte, sendo o homem, individualmente, o único ente capaz de agir com inteligência e livre arbítrio, é claro que somente a ele se deve imputar a infração criminal. Punir grupos, onde existam vontades divergentes, ou atividades forçadas, é punir inocentes, o que é, além de antijurídico, contraproducente e imoral (KIST, *apud*, MIGLIARI JÚNIOR, 2002, p. 94).

Nesse sentido, de acordo com os opositores, faltam à pessoa jurídica a vontade, a culpabilidade da conduta, o anseio de cometer o crime. Segundo Dotti (1990) ação como primeiro elemento do crime é atributo específico das pessoas naturais.

Dotti (1990, p. 143) afirmar que a:

Melhor interpretação dos textos da Constituição de 1988 não admite a capacidade penal ativa da pessoa jurídica. Conforme o espírito da lei fundamental, somente o homem pode cumprir os vários estágios da provação processual; desde o aparecimento como sujeito indiciado – objeto ou não de identificação criminal – até a derradeira saída do palco onde a história do crime é montada.

Assim, verifica-se divergências de interpretações do dispositivo constitucional com argumentos contrários e favoráveis a responsabilização da pessoa jurídica, sinalizando para a tamanha complexidade que envolve o tema.

5.2 DO ENTENDIMENTO DO STJ E DO STF SOBRE A LEGITIMIDADE PASSIVA DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal tem, até recentemente, admitido posicionamentos diferentes acerca da responsabilização da pessoa jurídica em crimes ambientais. Essas divergências tem fomentado debates e discussões acaloradas na doutrina.

A jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça, embasada na teoria da dupla imputação, exigia para a responsabilização penal da pessoa jurídica o processamento concomitante da pessoa natural pelo mesmo crime, conforme o Recurso Especial nº 889.528-SC.

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. DENÚNCIA REJEITADA PELO E. TRIBUNAL A QUO. SISTEMA OU TEORIA DA DUPLA IMPUTAÇÃO. Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que "não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio" cf. Resp nº 564960/SC, 5ª Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp, DJ de 13/06/2005 (Precedentes). Recurso especial provido. (STJ - REsp: 889528 SC 2006/0200330-2, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 17/04/2007, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 18/06/2007 p. 303).

De acordo com esse entendimento, que divergia do adotado pelo Supremo Tribunal Federal, era requisito essencial para a persecução penal que a pessoa física juntamente com o ente coletivo figurassem também no polo passivo da ação penal, atendendo-se ao velho princípio do *nullum crimen sine actio humana*.

Estefam (2010, p. 78) concordando com a teoria da dupla imputação afirma que a conduta punível e culpabilidade “serão baseadas nas ações ou omissões criminosas praticadas pelos dirigentes do ente fictício, servindo como requisito necessário para que a pessoa jurídica seja penalmente responsabilizada”. Nesse sentido, se excluía a imputação aos dirigentes responsáveis pelas condutas incriminadas, o trancamento da ação penal em relação à pessoa jurídica é medida que se impõe.

Seguiu-se diversos julgados no STJ orientados pela teoria da dupla imputação, conforme redação do acórdão do Recurso Ordinário em Habeas Corpus n. 24239/ES, em que a Sexta

Turma apontou que excluindo-se da denúncia a pessoa física, torna-se inviável o prosseguimento da ação penal, tão somente, contra a pessoa jurídica. Neste julgado, entendeu-se que não é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica dissociada da pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio (STJ - RHC: 24239 ES 2008/0169113-5, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 10/06/2010, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/07/2010).

As bases desse entendimento advinha da interpretação do art. 3º da Lei n. 9605/98, que em tese, condicionava o processamento da ação penal em detrimento da pessoa jurídica ao processamento em conjunto com a pessoa física, que na qualidade de dirigente do ente coletivo, praticou a ação delituosa no interesse ou benefício da entidade.

Estefam (2010, p. 78) afirma que com razão os tribunais têm condicionado a instauração de processo penal contra pessoa jurídica, ao processamento conjunto com os dirigentes da empresa. Afirma que para a:

Responsabilização criminal de uma pessoa jurídica, exige-se, ex ante, que tenha havido um comportamento delitivo (capaz de subsumir-se a um crime ambiental) cometido por seu representante e em seu interesse ou benefício.

Desta forma dá-se, então, um concurso necessários de agentes, exigindo-se que a denúncia individualize a conduta da pessoa jurídica e da pessoa física.

Para os defensores desse entendimento a responsabilidade penal da pessoa jurídica é indireta ou por ricochete. A pessoa física é o principal responsável pelo delito e o ente coletivo responde pelo fato-crime de modo indireto. Prado (2013) explica que, segundo a teoria da responsabilidade por ricochete:

A responsabilidade penal da pessoa moral está condicionada à prática de um fato punível suscetível de ser reprovado a uma pessoa física. Desse caráter subsequente ou de empréstimo resulta importante consequência: a infração penal imputada a uma pessoa jurídica será quase sempre igualmente imputável a uma pessoa física. Isso quer dizer: a responsabilidade da primeira pressupõe a da segunda (PRADO, 2013, p. 150).

Nesse sentido, de acordo com a teoria da dupla imputação, é necessário que nos crimes que envolvem o ente coletivo, a denúncia deve estabelecer, mesmo que minimamente, a ligação do fato típico com a pessoa física (2011). Nesse toar, relatou o Min. Gilson Dipp (Resp. 610114/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 19/12/2005) que a ausência de

identificação da pessoa física que atuou em nome e proveito da pessoa jurídica implica no trancamento da ação penal.

Thomé (2015, p. 702) aponta que na:

Imputação das condutas tipificadas aos dirigentes deve ficar provado o nexo causal entre a sua condição de dirigente da empresa e as imputações a ele atribuídas, sendo apontadas os elementos hábeis a descrever a relação entre os fatos delituosos e a autoria, sob pena de ofensa direta ao princípio da ampla defesa.

Há que ressaltar que no Superior Tribunal de Justiça a respeito do processamento criminal do ente coletivo, a Quinta e Sexta Turmas tinham como pacífico o entendimento [conforme Resp. 610114/RN, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU de 19/12/2005)], que, de fato há a previsão constitucional para a responsabilização da pessoa jurídica nos crimes ambientais, regulada por lei federal. Essa possibilidade é, portanto, uma opção política do legislador como forma não apenas de punição das condutas lesivas ao meio-ambiente, mas como prevenção geral e especial aos danos ambientais.

Em outro sentido, decidia o Supremo Tribunal Federal ao admitir que a pessoa jurídica figurasse sozinha como ré em processo penal por condutas danosas ao ambiente. Entretanto, as decisões do Supremo são acompanhadas de votos divergentes, conforme afirmou o Ministro Luiz Fux (BRASIL, STF, RE nº 548.181. p. 63) que “o artigo 225, § 3º, da Constituição não criou a responsabilidade penal da pessoa jurídica, pois, ao afirmar que os ilícitos ambientais “sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas”, teria apenas imposto sanções administrativas às pessoas jurídicas.”

Em voto (BRASIL, STF, RE nº 548.181. P. 4), a Ministra Rosa Weber consignou que “no Brasil, a doutrina majoritária, forte no adágio *societas delinquere non potest*, foi e ainda é refratária à responsabilização penal da pessoa jurídica, à invocada necessidade de manutenção da pureza dogmática do Direito Penal”. Entretanto argumenta que “As pessoas jurídicas tornaram-se destinatárias da lei penal desde 1988, há 25 anos portanto, em decorrência de imposição expressa da norma constitucional acima transcrita”.

Fortes são os argumentos da Ministra (BRASIL, STF, RE nº 548.181. p. 39) que defende que:

A responsabilidade criminal do ente moral surgiu exatamente para atalhar a dificuldade, e até mesmo impossibilidade, de se comprovar que a ordem criminosa partiu do dirigente da pessoa jurídica. Ao se necessitar desta mesma comprovação

para a responsabilização da pessoa jurídica estar-se-ia criando instituto inaplicável, que esbarraria nas mesmas dificuldades que ensejaram a sua criação.

Por fim, necessário apontar que em decisões recentes o Superior Tribunal de Justiça tem modificado seu entendimento acerca da aplicabilidade da teoria da dupla imputação para processamento de feitos em que o ente moral figurava como réu em processo criminal. A Quinta e Sexta Turmas tem alinhado os julgamentos recentes na direção tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, o Min. Sebastião Reis Júnior, relator do RHC n. 53208 SP, da Sexta Turma do STJ, fundamentou que no julgamento do RE n. 548.181, a “Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal refutou a tese da dupla imputação, admitindo a persecução penal da pessoa jurídica que pratica crime ambiental, sem condicioná-la à persecução simultânea da pessoa física a quem imputados individualmente os fatos”.

Avançando ainda mais na superação da teoria da dupla imputação, a Min. Laurita Vaz da Quinta Turma do STJ, ao relatar o HC n. 248073 MT, apontou em conformidade com a Primeira Turma do STF, que a exigência da dupla imputação nos crimes contra o meio ambiente viola o disposto no art. 225, 3.º, da Constituição Federal (RE 548.818 AgR/PR, 1.ª Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, Informativo n.º 714/STF), conforme segue:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO-CABIMENTO. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DOS ARTS. 54, 60, AMBOS DA LEI N.º 9.605/98. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. DENÚNCIA GERAL. POSSIBILIDADE. INÉPCIA NÃO CONFIGURADA. ATIPICIDADE DA CONDUTA ENQUADRADA COMO CRIME DE POLUIÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA ELEITA INADEQUADA. EXCLUSÃO DA PESSOA JURÍDICA DO POLO PASSIVO DA AÇÃO PENAL. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE QUE PERMITA A CONCESSÃO DE ORDEM EX OFFICIO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA. 1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal e ambas as Turmas desta Corte Superior, após evolução jurisprudencial, passaram a não mais admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso ordinário, nas hipóteses em que esse último é cabível, em razão da competência do Pretório Excelso e deste Tribunal Superior tratar-se de matéria de direito estrito, prevista taxativamente na Constituição da República. (...) 4. Nos crimes de autoria coletiva, é prescindível a descrição minuciosa e individualizada da ação de cada acusado, bastando a narrativa das condutas delituosas e da suposta autoria, com elementos suficientes para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, como verificado na hipótese. 5. “[O]s denunciados causaram poluição em nível possível de resultar danos à saúde humana, bem como fizeram funcionar estabelecimento potencialmente poluidor contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.” Tais fatos, em tese, amoldam-se aos tipos penais descritos nos arts. 54 e 60, ambos da Lei n.º 9.605/98, a evidenciar que a denúncia atende o disposto no art. 41 do Código do Processo Penal, sendo inviável o prematuro encerramento da persecução penal. 6. A alegação de que o crime de poluição não se configurou, ante a falta de comprovação de perigo concreto à saúde humana, esbarra na necessidade de dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus. 7. A pessoa jurídica também

denunciada deve permanecer no polo passivo da ação penal. Alerta-se, em obiter dictum, que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal reconheceu que a necessidade de dupla imputação nos crimes ambientais viola o disposto no art. 225, 3.º, da Constituição Federal (RE 548.818 AgR/PR, 1.ª Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, Informativo n.º 714/STF). 8. Ausência de patente constrangimento ilegal que, eventualmente, imponha a concessão de ordem ex officio. 9. Ordem de habeas corpus não conhecida. (STJ - HC: 248073 MT 2012/0141187-9, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 01/04/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/04/2014).

Nesse compasso, o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal alinhados, vem carreando decisões para a responsabilização penal da pessoa jurídica de direito privado em crimes ambientais, independentemente da pessoa física, tornando premente a reconfiguração das bases da teoria penal, em face da evidente superação da *societas delinquere non potest* no país.

CONCLUSÃO

Após a análise do tema, impende consignar que a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988, nas disposições sobre a ordem econômica e financeira, optou pelo modelo capitalista de produção, em que prevalece a livre iniciativa tanto de pessoas física ou jurídica.

A liberdade econômica garantida na Constituição deve ser exercida na conformidade com os demais dispositivos constantes no ordenamento jurídico que tanto regula seu exercício como protege os direitos individuais e coletivos, que eventualmente possam ser atingidos.

O modelo econômico capitalista como se configurou no Brasil caracteriza-se pela exploração predatória que, sem o regramento do Estado, leva ao esgotamento total dos recursos ou bens, com a geração de grande quantidade de resíduos sem o devido tratamento, incorrendo em graves ofensas ao meio ambiente.

O Estado admite que o ente coletivo constitui em agente de desenvolvimento econômico, de geração de riquezas e redução das desigualdades sociais. Entretanto, no exercício de suas atividades pode o ente coletivo constituir-se em agente ou instrumento para a prática delitiva, conforme a teoria que se filia o intérprete.

Para parte da doutrina, conforme Prado (2013), a pessoa jurídica [de direito privado] é uma ficção jurídica. É uma criação artificial da lei e, desta forma, tem capacidade somente para fins patrimoniais, sendo incapazes de cometer crimes e por isso não pode ser responsabilizada penalmente por crimes ambientais advindos de sua atividade.

Essa corrente, conforme Prado (2013), embasada nos argumentos da teoria geral do delito e nos princípios informadores do Direito Penal e sua aplicação, defendem que o ente coletivo não têm capacidade de ação e de culpabilidade. Para delinquir argumentam mais que é necessária a vontade, a intenção de praticar o mal, algo que não se encontra na pessoa jurídica.

Essa corrente doutrinária assevera que a tentativa de atribuir a capacidade penal ao ente coletivo é um projeto que objetiva desestabilizar o sistema penal, na medida que estimula a impunidade do verdadeiro agente delituoso, a pessoa física. Desta forma, bastaria a criação de uma série infinita de pessoas jurídicas para se obter a transferência da responsabilidade pessoal dos dirigentes para esses verdadeiros paraísos penais.

Não obstante, parte da doutrina defende que o ente coletivo tem existência própria como as pessoas naturais, podendo ser responsabilizada civil, administrativa e penalmente. Segundo essa corrente, a pessoa jurídica é uma realidade viva e não apenas uma mera abstração. Atua como os indivíduos, ainda que mediante procedimento diverso, podendo atuar mal, delinquir e ser punida penalmente.

É salutar a reflexão sobre esses posicionamentos ao considerar que todos, conforme dispõe o art. 225, da CF/88, “têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Então impende analisar quais as consequências que a utilização de uma ou outra teoria pode gerar ao se processar o ente coletivo em uma ação penal, em que se busca a condenação do ente coletivo pela prática de um crime ambiental, sob a ótica do método hipotético-dedutivo.

Pela teoria da ficção, para qual *a societas delinquere non potest*, a pessoa jurídica jamais poderia ser processada penalmente pela prática de um crime ambiental, pois são incapazes de delinquir. Como complicador, em não raras oportunidades as responsabilidades internas pelo fato estarão diluídas ou parcializadas de tal modo que é quase impossível sua identificação e individualização no interior das complexas estruturas de poder, principalmente dos grandes empreendimentos nacionais ou multinacionais.

Nesse sentido, a quem se atribuiria a responsabilidade penal pelo delito praticado? Ao pequeno funcionário que não tem poder decisão e que, supostamente foi identificado? A ninguém? A efetividade da aplicação da norma constitucional e legal de proteção ao meio ambiente será definitivamente negada? E como ficará o titular do direito ao meio ambiente afetado?

A Constituição Federal estabelece que o meio ambiente é direito de todos, tendo o Estado o dever de protegê-lo; assim qual seria a atuação do Estado se o órgão julgador fosse obstado a condenar o ente coletivo no qual não se identificou nenhuma pessoa física para a imputação penal?

Como primeira conclusão, é possível entender que a admissão da teoria da ficção implica em negar a vigência do art. 225, § 3º, da Constituição Federal que dispõem que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Da mesma forma, o caráter preventivo do Direito Penal seria marginalizado, remanescendo apenas a reparação. Todo o ordenamento jurídico têm primado pela prevenção,

pois há dúvidas quanto à possibilidade de reparação ou recuperação do meio ambiente afetado ao *status quo ante*, não parecendo, portanto, ser a melhor escolha.

Entretanto, se o órgão julgador admitir ou filiar-se à teoria da realidade (para a qual o ente coletivo possui capacidade e vontade de ação), as consequências processuais para o processamento de ação penal poderá, de acordo com a análise da culpabilidade, sinalizar para a condenação da pessoa jurídica.

Nesse sentido, mister questionar como um ente de direito privado, criado pelo Direito pode ter capacidade de ação ou capacidade de autodeterminar-se? Possui a pessoa jurídica consciência e vontade? É possível afirmar que estão presentes na pessoa jurídica a capacidade de culpabilidade?

E sendo condenada, têm a pessoa jurídica capacidade de pena? Os valores normativos do Direito Penal de obrigação, permissão e proibição podem ter a pessoa jurídica como destinatária? Admitir que a pessoa jurídica possa figurar sozinha no polo passivo de processo penal por crimes ambientais, não seria estar na contramão da teoria geral do delito? Seria correto ou adequado processar penalmente a pessoa jurídica sem que se processasse a pessoa física?

Assiste razão a Prado (2013, p. 136) quando assevera que a culpabilidade como juízo de censura pessoal pela realização do injusto só pode ser endereçada a um indivíduo e jamais a pessoa jurídica? Responsabilizar penalmente o ente coletivo significa realmente favorecer a instalação de paraísos penais, que servirão de escudos para os dirigentes delinquentes?

A problemática se potencializa diante de interpretações que são firmes em afirmar que a redação do art. 225, da Constituição Federal, padecendo de uma péssima técnica redacional, favoreceu entendimento equivocado de que a pessoa jurídica seria destinatária da norma penal.

Mesmo considerando todas essas questões, o argumento para a responsabilização penal da pessoa jurídica se robustece diante das dificuldades ao imputar um fato delituoso a uma pessoa concreta na atual configuração das grandes empresas, principalmente das multinacionais. Da mesma forma, condicionar a aplicação do art. 225, da CF/88 à dupla imputação necessária, implica em indevida restrição à norma constitucional.

Hodiernamente, a jurisprudência superou o apotegma da *societas delinquere non potest*, entretanto, ainda na doutrina não se estabeleceu as bases sólidas para esse entendimento. Com razão o Supremo asseverou que a doutrina ainda é refratária à responsabilização penal da pessoa jurídica, ante a necessidade de manutenção da pureza dogmática do Direito Penal.

Entretanto, há quem diga no STF que [Min. Marco Aurélio no RE: 548181 PR, Relator: MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 17/04/2009, Data de Publicação: DJe-081 DIVULG 04/05/2009 PUBLIC 05/05/2009] “por mais que se potencialize o preceito do artigo 225 da Constituição Federal, quanto à responsabilidade penal das pessoas naturais e das pessoas físicas, não é dado, diante das balizas objetivas e subjetivas da persecução criminal, concluir vulnerado esse preceito”.

Todavia, para o legislador, quer por escolha política quer por conveniência ou utilidade, a Constituição Federal definitivamente instituiu a responsabilização do ente coletivo, sendo regulada pela Lei. N. 9.605/98.

Ainda que superado o princípio do *nullum crimen sine actio humana*, as decisões do Supremo tem sido mais no sentido de se responsabilizar penalmente a pessoa jurídica em face da insuficiência e dificuldade da responsabilização penal da pessoa física, do que por bases sólidas da dogmática jurídica.

A proteção ao meio ambiente e a prevenção de danos são o fim da norma constitucional e elgal, e, pelo que se observa, a doutrina precisa adequar-se ao novo direito. As transformações sociais acabam por transformar o Direito, mesmo que isto implique em repensar suas bases e ciência.

Por fim, é correto afirmar que as bases da doutrina penal atual está em descompasso com a marcha tomada pelo legislador e pelos Tribunais Superiores acerca da responsabilidade penal da pessoal jurídica, sendo imperativo sua reconstrução para que o ente jurídico figure de forma legítima no polo passivo de um processo penal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. 1. ed. São Paulo: Ática. 2003. vol. único.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ARRUDA, José Jobson. História Total: época moderna e contemporânea. 4. v. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 6 jul. 2015, às 20h00min.

_____. **Lei Nº 9.605, de 12 de Outubro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de fevereiro de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9605.htm>. Acesso em 6 jul. 2015, às 22h00min.

_____. Supremo Tribunal Federal. Acórdão no Recurso Extraordinário 548.181 Paraná. Relatora Min. Rosa Weber. Data do julgamento 06/08/2013, 1ª Turma. Disponível em: [file:///D:/DOCUMENTOS/Downloads/texto_149657593%20\(1\).pdf](file:///D:/DOCUMENTOS/Downloads/texto_149657593%20(1).pdf)>. Acesso em 6 de jul. 2015, às 22h30min.

_____. Supremo Tribunal Federal. Acórdão em Habeas Corpus n. 106.510. Minas Gerais. Relator Min. Joaquim Barbosa. Data do julgamento 22/03/2011, 2ª Turma. Disponível em: <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19734946/habeas-corpus-hc-106510-mg/inteiro-teor-104520908>>. Acesso em 6 de jul. 2015, às 22h35min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso em Mandado de Segurança nº 16.696-PR (2003/0113614-4). Relator Min. Hamilton Carvalhido, Data do Julgamento 09/02/2006. 6ª Turma. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7173824/recurso-ordinario-em-mandado-de-seguranca-rms-16696-pr-2003-0113614-4>>. Acesso em: 6 de jul. 2015, às 22h40min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso em Mandado de Segurança nº 39.173-BA (2012/02003137-9). Relator Min. Reynaldo Soares da Fonseca. Data do Julgamento 06/08/2015. 5ª Turma. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.2&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica®istro=201202031379>>. Acesso em: 18 de fev. 2016, às 22h31min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso em Habeas Corpus nº 24. 239-ES (2008/0169113-5). Relator Min. Og Fernandes. Data do Julgamento 10/06/2010. 6ª Turma. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=10464270®istro=200801691135&data=20100701&tipo=5&formato=PDF>>. Acesso em 18 de fev. 2016, às 22h42min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso Especial nº 889.528-SC (2006/200330-2). Rel. Min. Felix Fischer. Data do Julgamento 17/04/2007. 5ª Turma. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=3050098®istro=200602003302&data=20070618&tipo=5&formato=PDF>>. Acesso em 18 de fev. 2016, às 22h48min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso Especial nº 865.864-PR (2006/0230607-6). Rel. Min. Arnaldo Esteve Lima. Data do Julgamento 10/09/2009. 5ª Turma. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=19242123&num_registro=200602306076&data=20120201&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 18 de fev. 2016, às 22h54min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso Especial nº 610.114-RN (2003/0210087-0). Rel. Min. Gilson Dipp. Data do Julgamento 17/11/2005. 5ª Turma. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=1791277&num_registro=200302100870&data=20051219&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 18 de fev. 2016, às 23h00min.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso Especial nº 564.960-SC (2003/0107368-4). Rel. Min. Gilson Dipp. Data do Julgamento 02/06/2005. 5ª Turma. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=1791222&num_registro=200301073684&data=20050613&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 18 de fev. 2016, às 23h14min.

BURNS, Edward Mcnall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da Civilização Ocidental**: Do homem das cavernas às naves espaciais. Tradução de Donaldson M. Garshagen. 36. Ed. São Paulo: Globo, 1995.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal. Parte Geral**, I vol. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**: parte geral. Salvador: Juspodium, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. Teoria Geral do Direito Civil. 1. v. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DOTTI, René Ariel. **Meio ambiente e proteção penal**. Revista de Informação Legislativa. v. 27. n. 108, out/dez. 1990.

ESTEFAN, André. **Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2010.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Parte Geral. vol. I, São Paulo: Saraiva, 2011.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal**: parte geral. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Parte Geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. 13. ed. Niterói/RJ: Editora Impetus, 2011.

JESUS, Damásio Evangelista. **Direito Penal**: parte geral. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política Ambiental**: Busca de Efetividade de Seus Instrumentos. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros. **Direito Ambiental Contemporâneo**. Barueri: Editora Manole, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20. ed. São Paulo; Malheiros, 2012.

MACHADO, Fábio Guedes de Paula. **Culpabilidade no Direito Penal**. São Paulo: Editora Quartier do Brasil, 2010.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B de. **História econômica**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

MARTINS, Ives Gandra; PASSOS, Fernando. (Coord.) **Manual de iniciação ao Direito**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Adoril dos. **Industrialização e substituição de Importações no Brasil e Argentina**: uma análise histórica comparada. Revista de Economia, [S.I.]: Ed. UFPR, v. 35, n. 1, p. 93-115, jan./jun. 2009.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**. Campinas: Lex Editora, 2002.

MILARÉ, Édis; COSTA Jr., Paulo José. **Direito Penal Ambiental**: Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millenium, 2002.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: Doutrina – Jurisprudência – Glossário. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral – Arts. 1º a 120 do CP. 27. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2011.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. 25 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Parte Geral. 10. ed. vol. 1, Revista e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Direito Penal do Ambiente**. 5. ed. Revista e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Tradução Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

RAMALHO, Paulo Roberto Azevedo. **Responsabilidade Penal Ambiental da Pessoa jurídica**. Artigo. 2013.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RESENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **RUMOS DA HISTÓRIA**: História Geral e do Brasil. 2.ed. São Paulo: Atual, 2005.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Parte Geral. vol. I, 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2007.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Vol. Único. São Paulo: Método, 2011.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 9. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. 5 ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**: Teoria Geral e Direito Societário. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.